



Institucional



Medalha de Honra da Magistratura Fluminense

Ouvidoria Geral dá oportunidade a deficientes visuais

Novidade no Banco do Conhecimento

Nireu Cavalcanti efetua Pesquisa no Acervo Permanente do PJERJ

Arte e Educação e Tardes Culturais na ESAJ

Biblioteca, Informação e Inclusão Digital

Seminário de Inovação

Varas Cíveis dos 5º e 12º Núcleos Regionais recebem Diploma da Qualidade

Efeito Estufa

Shows, Cinema e Teatro na Programação do *Viva Servidor da Justiça*

TJERJ, Mútua dos Magistrados, AMAERJ e HEMORIO: Unidos em Campanha para Doação de Medula Óssea



Presidente do TJERJ, Des. Murta Ribeiro, recebe o Prêmio Responsabilidade Social 2008



DGCON Promove o I Encontro sobre Gestão de Documentos dos Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal no III Congresso Nacional de Arquivologia

Jurídico



O Des. Antonio Siqueira discorre sobre as experiências vividas no exercício da Presidência da Mútua dos Magistrados



Dra. Katya Maria Monnerat debate o tema *Guarda Compartilhada*

Cultural



A Poesia Lírica do Des. Libórni Siqueira

Papo Musical com Eloi Vicente

História das Comarcas Niterói, Comarca da Água Escondida

Curso no Museu da Justiça: *A Mulher, o Direito Moderno e a Literatura Clássica*

Comes e Bebes
Coluna de Ivan Lindenberg Júnior



Perfil

Cristina Cerqueira, Diretora da Ouvidoria, exemplo reconhecido de dedicação, fala sobre sua trajetória profissional

**COLUNA PERFIL: ENTREVISTA COM CRISTINA CERQUEIRA -
DIRETORA DA OUVIDORIA**



A dedicação da entrevistada deste mês ao trabalho é reconhecida por todos que a rodeiam. Cristina Cerqueira consegue, como poucos, dosar a inquietude dos que desejam melhorias com a paciência para aguardar o momento oportuno para realizá-las.

Nesta Corte, construiu sua carreira e conquistou inúmeros amigos.

Quem não a conhece sequer imagina que, ainda tão jovem, Cristina já tenha uma trajetória longa de trabalho e realizações. Ao conhecê-la, fica difícil não acreditar que ela estava predestinada a desenvolver o seu potencial na Ouvidoria.

Como foi a sua admissão no concurso que lhe abriu as portas do Poder Judiciário?

Ingressei no Poder Judiciário em dezembro de 1991, com dezoito anos. Foi meu primeiro concurso, algo maravilhoso que aconteceu, o melhor presente de Natal que poderia receber na ocasião.

Eu tenho orgulho de pertencer ao quadro, ser servidora de carreira. Desde então, sempre procurei me dedicar muito.

Foi seu primeiro emprego?

Não. Comecei a trabalhar aos 14 anos na Cia. Vale do Rio Doce, no Projeto Menor Aprendiz. Posteriormente, fui admitida na H. Stern, de onde pedi demissão para estudar para o concurso do Tribunal de Alçada Criminal, em que pude optar pela Corregedoria.

Conte-nos um pouco de sua trajetória.

Comecei no Departamento de Pessoal e, antes de completar um ano, fui convidada para trabalhar no Gabinete do Corregedor, Desembargador Polinício Buarque de Amorim, por indicação de uma colega, Jaqueline, que foi um anjo na minha vida. Ela precisava sair e me convidou para substituí-la. Foi muito especial conviver com o Desembargador Polinício, um dos Corregedores mais queridos não só por mim, mas por todos os funcionários.

No ano seguinte, o Desembargador assumiu a Presidência da 4ª Câmara Criminal, para onde fui como integrante de sua equipe. Algum tempo depois, fui convidada para ser Chefe de Serviço de Material de Consumo da Informática, quando passei a compor a Comissão Permanente de Licitações.

Após, assumi a Diretoria da Divisão de Patrimônio, em que permaneci por cinco anos e, devido à mudança de gestão, fui lotada na 1ª Vice-Presidência, onde conheci o eminente Desembargador José Lucas Alves de Brito, que, ao ser eleito Corregedor-Geral da Justiça, me convidou para trabalhar no cargo de Diretora do Departamento de Suporte Operacional. Nesta ocasião, tive a oportunidade de participar do II Curso de Pós-Graduação em Administração Judiciária. O Desembargador José Lucas fez uma gestão de proximidade com os funcionários. Foi um show de integração!

Quando o Desembargador Carpena Amorim assumiu a Corregedoria, me alçou ao cargo de Diretora-Geral da, à época, Diretoria Geral de Fiscalização, Apoio e Monitoramento. Em maio de 2005, convidou-me para implementar a Ouvidoria e, em outubro do mesmo ano, fui trabalhar como assessora em seu gabinete. Em novembro de 2006, o Desembargador, já como Ouvidor-Geral, solicitou que eu reassumissem a Coordenação da Ouvidoria, onde estou até então.

A senhora então viu o surgimento da Ouvidoria?

Orgulho-me muito de ter sido a primeira funcionária da Ouvidoria. Na época, a concepção era outra. Não havia nenhuma estrutura. Foi por força da Resolução nº 06, de 06.3.2006, do egrégio Órgão Especial, que a Ouvidoria foi alçada ao nível de Administração Superior, adquirindo autonomia e independência.

Qual é a importância da Ouvidoria?

A Ouvidoria é um órgão altamente democrático que promove a cidadania.

O fato de o usuário ser ouvido, já é de uma grande importância. Mas não é apenas isso. De um lado, temos a questão pontual resolvida e, de outro, é realizado um mapeamento do serviço, repassado à Administração Superior, permitindo a visualização de tudo o que acontece no Poder Judiciário, as angústias dos usuários, o que a sociedade está pensando, as sugestões, dúvidas, o que está funcionando e o que não está. Assim, se consegue ter uma visibilidade da situação real, o que não era possível antes do instituto da Ouvidoria.

Os dados não se perdem, são sistematizados e estudados. Isso viabiliza a adoção de políticas públicas revertidas para a sociedade.

Por gentileza, exemplifique.

Já recebemos denúncias graves envolvendo desvios de condutas e encaminhamos aos órgãos competentes, em caráter emergencial, para que tomassem providências. Os responsáveis foram presos.

Em contrapartida, tivemos outro caso em que conseguimos ajudar na libertação de uma presa, cujo alvará de soltura havia sido expedido sem que houvesse o cumprimento em tempo adequado. A situação foi rapidamente contornada quando um familiar ligou para a Ouvidoria, que, por sua vez, conseguiu acionar os canais competentes.

Como esses, temos inúmeros outros exemplos de atuação.

Como um interessado pode fazer contato com a Ouvidoria?

Nós temos cinco canais de acesso:

- Formulário eletrônico na web, o meio mais utilizado em 2008. No site do Tribunal de Justiça, basta clicar em Ouvidoria (na tela à direita) e, após, em nova manifestação. Então, é só preencher um formulário eletrônico, inserindo os dados solicitados e a manifestação em si;

- Teleatendimento, através do nº 159;
- Atendimento pessoal na Ouvidoria: sala 904 da Lâmina I;
- Formulários de urnas distribuídas no Fórum e na OAB;
- Por meio de petição.

Via de regra, respondemos de plano às manifestações que nos são endereçadas. Caso

contrário, encaminhamos aos órgãos competentes. Neste caso, aguardamos o retorno do órgão para, se satisfatória a resposta, proceder ao fechamento da manifestação com a ciência ao usuário, que não é abandonado em momento algum, seja qual for o canal de acesso.

Não faltam meios para facilitar o acesso à Ouvidoria.

E pretendemos ampliá-los. Temos um projeto denominado *Clique Ouvidoria*, que consiste em uma interação simultânea com o usuário. Os questionamentos são respondidos, diretamente, *on-line*, acelerando o tempo das respostas.

Procuramos também promover e participar de encontros com a sociedade, como, por exemplo, nos Conselhos Comunitários, em empresas, na OAB, no próprio Tribunal, além de divulgar a Ouvidoria pela internet, intranet, TV, jornais e rádios.

Além disso, consideramos a capacitação e o aperfeiçoamento de suma importância.

Por exemplo, neste ano, no mês de outubro, a serventúria Ana Paula, uma das nossas maiores colaboradoras, foi a São Paulo atualizar seus conhecimentos na nova versão do Virtual Vision, sistema específico para deficientes visuais, multiplicando seu aprendizado entre os colegas da Ouvidoria e na ESAJ, como instrutora.

A serventúria Cristiane, também grande colaboradora e deficiente visual, irá participar, em novembro deste ano, do 1º Congresso Brasileiro do Trabalho da Pessoa com Deficiência e da 2ª Feira Nacional de Acessibilidade e Reabilitação, em Santa Catarina.

E, também em novembro, eu e mais dois gestores participaremos do II Encontro de Ouvidores, promovido pela Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABERJ/ABO), aqui no Rio de Janeiro, e, na semana seguinte, iremos a São Paulo participar do Curso de Gestão e Implantação de Ouvidoria, promovido pelo Instituto Brasileiro de Relações com o Cliente (IBRC).

Todas as manifestações são registradas?

Seja qual for o canal, sempre é fornecido o número de registro. Esse foi um grande avanço ocorrido em agosto de 2007, quando conseguimos implementar nosso sistema informatizado de controle das manifestações.

Com isto, o usuário do serviço pode consultar *on-line* tudo o que está acontecendo. O sistema gera automaticamente um número para a manifestação, possibilitando o acompanhamento desta do início até o seu fechamento.

Como a Ouvidoria colabora com a melhoria da imagem institucional do Poder Judiciário?

Hoje, o usuário tem, em um único local, a possibilidade de ser ouvido, registrar sua manifestação, ter a resposta imediata ou o acompanhamento da sua questão até a satisfação plena. Por outro lado, a Ouvidoria também desafoga os órgãos que atendiam a essa demanda no balcão e no telefone, à procura de informações que não tinham tempo de dar. A atividade fim da Ouvidoria é atender a esse usuário, diferentemente dos demais órgãos, que ficam liberados para exercerem suas funções precípuas. Ao concentrar esse público que estaria disperso pelos corredores do Fórum e canalizar as manifestações, a Ouvidoria cumpre o seu papel, dando toda assistência ao usuário, sistematizando seus registros, realizando o mapeamento de toda a situação para a Administração

Superior e desafogando os setores demandados.

A consolidação destas ações e, principalmente, o fato de a Ouvidoria procurar, invariavelmente, oferecer um bom atendimento ao público colabora, e muito, com a melhoria da imagem da instituição.

Qual é a importância do trabalho na sua vida?

O trabalho tem muita importância na minha vida. Através dele me realizo e busco superar os obstáculos para alcançar os objetivos por mim traçados.

Que características o gestor moderno deve possuir?

Muitas (risos). Tem que ter equilíbrio, saber ouvir, ser imparcial, agregador, planejador, supervisor das tarefas delegadas, ter habilidade para lidar com as diferenças e com o imprevisível, ter respeito ao limite de cada um, ter capacidade de julgamento, procurar aprimorar o que já existe, mas, principalmente, tem que inovar.

Que sonho ainda falta realizar?

Eu já tenho mais do que mereço. Um marido espetacular, cúmplice maior, a quem eu devo todo apoio e compreensão nestes quase 20 anos de convivência. Tenho um pai exemplar, uma mãe acolhedora, uma sogra protetora, irmãos, sobrinhos, familiares e amigos presentes. E, no trabalho, também encontrei pessoas muito caras.

Aqui, fiz amizades, realmente, inesquecíveis: encontrei a minha maior incentivadora no Tribunal, Regineyde Reis, uma exímia profissional e amiga incontestada que me proporcionou muitas oportunidades. O meu primeiro Diretor e também grande amigo pessoal, José Henrique. Outra amiga, quase maternal, é a Leda Maria, que também foi minha Diretora. O Cel. Giovanni, por quem tenho grande apreço. Além de outras importantes pessoas que apostaram em mim, como Bárbara Pellini, Dr. Gonçalo, Celestino, Veloso, Neusa Corredeira e tantas outras.

Devo também uma homenagem às equipes com as quais trabalhei, constituídas de pessoas competentes e comprometidas. À minha equipe atual, da mesma forma, muito engajada, motivada e leal. E, por fim, vejo, na grande maioria dos colegas, a filosofia do bem servir.

Assim como, na Corregedoria, conforme já mencionei o Desembargador Buarque de Amorim e o Desembargador José Lucas, tive novamente a grande sorte de ter chefes excepcionais na Ouvidoria, como o generoso Desembargador Motta Macedo, o Desembargador Carpena Amorim, um grande empreendedor, e o atual Ouvidor-Geral, Desembargador Amaury Arruda, que é a ponderação em pessoa.

Tem alguma coisa que você gostaria de acrescentar?

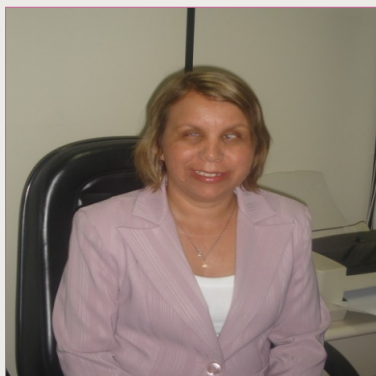
Eu quero aproveitar esta oportunidade para convidar nossos colegas, usuários internos, a participarem da Ouvidoria pelos canais de acesso que já citei: a Ouvidoria é feita para vocês também. Nós estamos preparados para ouvir as sugestões, reclamações, dúvidas, denúncias e elogios, enfim, todo tipo de contribuição.

Ao público externo, quero reiterar: utilizem a Ouvidoria. Desejamos entender e atender os anseios de toda a sociedade.



“Cristina Oliveira Cerqueira, determinada e inovadora, um exemplo de profissional. É fácil falar de uma servidora que se dedica à causa pública com total entrega, comprometida com resultados. Tive o prazer e a honra de conhecer Cristina quando da minha passagem pela Chefia de Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça, na gestão do Desembargador Carpena Amorim. Pude presenciar, de perto, os inúmeros trabalhos implementados por ela, na Diretoria Geral de Fiscalização, na Ouvidoria e nas atividades ligadas ao Gabinete do Corregedor-Geral. Suas ações se revestiam de sucesso e eram reconhecidas por todos. Liderar pessoas com carisma e conhecimento de causa é a marca forte de sua personalidade. Sempre atenta, paciente, humana, sensível, espírito empreendedor, contagiã a todos nós. Cabe registrar, por oportuno, que Cristina foi a primeira servidora da Ouvidoria e que todas as expectativas em volta do órgão tiveram a sua participação direta e efetiva, traduzindo-se, hoje, em um poderoso instrumento de cidadania. Em verdade, trabalhar com uma servidora de tamanho quilate é, no mínimo, recompensador. O seu alto astral nos impulsiona para a busca permanente do melhor fazer e servir. O Poder Judiciário está de parabéns por possuir em seus quadros uma funcionária com tamanha capacidade e ideal de servir à nossa sociedade.

Cel. PM Giovanni Caroprese Neto - Chefe de Gabinete da Ouvidoria Geral do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.



“Falar de Cristina é para mim uma grande alegria. Trata-se de pessoa muito especial. Nós nos conhecemos há mais de 3 anos; não foi difícil identificar seu caráter determinado e grandeza interior. Sabe motivar os seus funcionários e valoriza o interesse das pessoas que buscam o conhecimento, visando a melhoria profissional. Acho que esta é a sua característica que mais nos aproxima. Sempre transparente e justa em suas atitudes, tem qualidades próprias de alguém que exerce uma função de liderança. Além de tudo, é uma Servidora muito séria no desempenho da tarefa que lhe cabe. Sua capacidade gerencial tem sido muito importante no fortalecimento da Ouvidoria. Sendo este um serviço que aproxima o cidadão do Poder Judiciário, no interesse de que haja celeridade na tramitação dos processos, eu diria, por fim, que a Cristina, através de sua atuação, contribui para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional tornando-a mais eficiente e ajudando a desmistificá-la aos olhos do homem comum.

Ana Paula Ruas - Técnico de Atividade Judiciária - Teleatendimento da Ouvidoria

DESEMBARGADOR MURTA RIBEIRO RECEBE O PRÊMIO RESPONSABILIDADE SOCIAL 2008



O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJERJ, Desembargador José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, recebeu, no dia 23 de outubro, o Prêmio Responsabilidade Social, em solenidade realizada no salão nobre do Jockey Club Brasileiro.

O Professor Arnaldo Niskier, Presidente do Conselho de Administração do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE/RJ), instituição organizadora da premiação, ressaltou que o TJERJ possui uma vertente de responsabilidade social muito atuante, com projetos que atendem à família e à juventude, entre os quais destacou os programas: Jovens Mensageiros, Pais Trabalhando, Casamento Comunitário e Justiça Itinerante.

Para entregar o prêmio ao Desembargador, foi convidado o Secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, Joaquim Vieira Ferreira Levy.

O Desembargador Murta Ribeiro afirmou, ainda, que receber um prêmio é sempre muito bom, mas receber um prêmio com essa significação social é uma experiência singular. O Presidente do TJERJ dedicou o prêmio aos funcionários da instituição, segundo suas palavras, responsáveis pelo exercício contínuo da ação social do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

[Retorna à página inicial](#)

Canal Aberto

Envie-nos suas críticas e sugestões.

Contacte-nos pelo e-mail revistainteracao@tj.rj.gov.br ou pelo telefone 3133-2740.

**ENTREVISTA COM O DESEMBARGADOR
ANTONIO CESAR ROCHA ANTUNES DE SIQUEIRA -
PRESIDENTE DA MÚTUA DOS MAGISTRADOS**



**Quais são as novidades implementares na
Mútua dos Magistrados em sua gestão?**

A minha gestão é uma continuidade do processo de modernização começado pelo Des. Paulo Cesar Salomão, falecido há pouco tempo, que, quando assumiu, emprestou uma visão empresarial à Mútua, que, antes, era meramente um sistema de pagamento de despesas decorrentes de um evento relacionado à doença de alguém. Então, o que se buscava era a melhor maneira de gastar pouco na hora em que alguém ficava doente.

E agora?

O grande segredo dessa gestão vitoriosa da Mútua foi inverter essa questão e interpretar a expressão "plano de saúde" como ela deve ser interpretada, como um plano promotor da saúde, que não esteja ao lado do associado apenas no momento em que ele fique doente, mas que invista na saúde, evitando que a pessoa desenvolva determinadas patologias, pois é isso que faz toda a diferença.

A Mútua é o único plano de saúde voltado para a prevenção. Hoje, estamos absolutamente convencidos de que a prevenção é imprescindível. Criamos programas específicos para atender a nossa população, incentivando a prática de exercícios e a boa alimentação, sem descuidarmos do aspecto emocional, porque a nossa vida é muito estressada, levando, muitas vezes, ao descontrole, à necessidade de ajuda.

V. Exa. poderia exemplificar?

Implementamos um programa que acompanha as pessoas que têm problemas cardiovasculares, para diminuir a possibilidade de chegarem a um momento de crise. Incentivamos o check-up para que possamos mapear e acompanhar os associados, criando um programa específico para cada um. O nosso programa de saúde não é geral, é individualizado.

E as campanhas?

Têm dado excelentes resultados, exemplo disso foi a do combate ao câncer feminino. Somos o único plano de saúde que tem um programa de vacinação contra o HPV, vírus associado ao aparecimento de câncer de útero. Trata-se de uma vacina muito cara, mas, devido à alta incidência, chegamos à conclusão de que valia a pena.

Imunizamos também contra a hepatite B, pneumonia e gripe.

Aqui na nossa sede, está em curso o programa de combate ao câncer masculino, de próstata, cuja incidência é tremenda. Possivelmente, no início do ano que vem, já estará em funcionamento

um programa de prevenção específico para os adolescentes mais passíveis de desenvolverem a doença no futuro.

Essas iniciativas já deram frutos?

Tivemos um resultado extraordinário na diminuição do tempo de internação e, conseqüentemente, na redução dos gastos oriundos delas. A prova é que, até iniciarmos a campanha de vacinação contra a pneumonia, registrávamos uma média entre 30 a 35 internações por ano. Após a vacinação registramos apenas 6 casos em 2007 e, em 2008, 7 casos até o mês de setembro, sendo que, desses 13 ocorridos após o início da vacinação só uma pessoa vacinada foi acometida pela doença, ou seja, se todos estivessem vacinados só teríamos registrado 1 caso de pneumonia em 2 anos.

A soma de todos os programas levou a resultados surpreendentes rapidamente.

Como a Mútua lida com os reajustes constantes dos preços dos tratamentos de saúde?

Fazendo o papel de Gestor da Saúde dos nossos associados. Assim conseguimos reajustar a nossa tabela de pagamento de reembolso em cerca de 40% sem aumentar o valor da mensalidade. Estamos muito felizes com isso, pois não buscamos o resultado financeiro, até porque a Mútua não tem finalidade lucrativa. Visamos ao bem-estar do nosso paciente, propiciando uma melhor qualidade de vida, e que ele fique menos doente.

Por gentileza, fale um pouco sobre o Centro de Diagnose e Tratamento Desembargador Paulo Cesar Salomão.

Antigamente, a Mútua oferecia um check-up que não tinha seguimento porque não havia médicos para fazer o acompanhamento. A intenção é diagnosticar muitas doenças no momento em que a cura é possível e, assim, salvar vidas.

Que aprendizado V. Exa. trouxe de sua viagem com o Governador Sérgio Cabral para conhecer o Sistema de Saúde Inglês?

A saúde pública brasileira necessita que os políticos, quer sejam do Poder Legislativo, quer sejam do Executivo, assumam suas responsabilidades na definição de uma política de saúde pública.

Toda propaganda de remédio, de equipamentos e de exames pressupõe um nível de investimento como o dos EUA, que investem quase uma vez e meia o valor de todo o PIB brasileiro.

Os investimos em saúde em nosso país estão na ordem de 7% do PIB nacional e somente 3,2% são investimento público os outros 4% são investimento privado.

Portanto, temos que decidir que tipo de saúde desejamos. O que não é mais possível é querer praticar uma saúde de primeiríssimo mundo com um orçamento tão acanhado.

Com relação à saúde, o sistema inglês deu um grande salto de qualidade, que foi sentido a partir de 2004, momento em que partiram efetivamente para o sistema de prevenção adotado hoje em dia.

A Mútua realiza um trabalho muito parecido com o do governo inglês e apresenta os mesmos resultados: redução drástica das despesas e aumento da qualidade e da satisfação do cidadão.

Alguma idéia trazida de Londres já foi implementada?

Uma medida exata, fruto da viagem, já está funcionando em caráter experimental em três varas. Trata-se de uma Central de Assessoramento aos Juizes de Fazenda Pública, responsável por tirar dúvidas dos magistrados sobre medicamentos, tais como: se há genéricos ou equivalentes adquiridos pelo Estado ou pelo Município. Esses esclarecimentos evitam que o juiz seja levado a ordenar a compra de um determinado medicamento demasiado oneroso. Em breve, o Tribunal deverá assinar convênio com o Governo, por intermédio da Secretaria de Saúde, para incrementar esse assessoramento.

Por que o Poder Judiciário vem intervindo fortemente na área de saúde?

Intervenção essa que eu vejo como desaconselhável. O ideal era que o Executivo, que tem o respaldo do voto popular, fizesse a escolha de um modelo de saúde e o submetesse ao Poder Legislativo. Isso implicaria em escolher os medicamentos que seriam fornecidos e os tipos de tratamentos para as patologias.

O Judiciário ficaria restrito à análise das exceções às regras. O que acontece é que, como não há regras, o Judiciário vem sendo chamado a suprir essa deficiência. Os políticos reclamam muito dessa interferência, mas eles não podem reclamar porque o não decidir, decidir é.

Quando o Executivo e o Legislativo deixam de decidir estão, na verdade, decidindo que o modelo de saúde é aquele que o Judiciário disser que é. A questão é que, enquanto os políticos do Executivo e do Legislativo podem apreciar a conveniência e o momento da adoção de determinadas políticas, o juiz não tem essa prerrogativa.

V. Exa. percorreu, recentemente, o caminho de Santiago. O cuidado espiritual é uma forma de cuidar da saúde?

Quem trabalha no Poder Judiciário recebe uma grande carga negativa oriunda dos problemas das relações dos indivíduos na sociedade. Convivemos com menor abandonado, menor infrator, famílias desagregadas, brigas de sócios, enfim, com toda desventura humana e com todas as dificuldades das pessoas que não conseguiram resolver suas desavenças de forma civilizada.

Juizes e servidores são submetidos a um nível de estresse acima do da maioria dos trabalhadores e muitos nem conseguem perceber que, com o passar dos tempos, vão ficando sobrecarregados e doentes.

Não cuidar da mente e do espírito significa criar um campo propício para desenvolvimento de todo tipo de doenças.

O caminho de Santiago foi uma das coisas mais importantes que fiz na vida. Hoje, me sinto mais sereno e seguro do que quero. Lá, as pessoas têm a oportunidade de conviverem com as outras no estado ideal, pois todos estão solitários, buscando seu aperfeiçoamento. É um momento único de conversarmos com nós mesmos e descobriremos quem somos.

Geralmente, quando sozinhas, as pessoas escutam música, lêem livros ou vêem televisão, coisas que as impedem de conversar com si mesmas. No caminho de Santiago, essa conversa é obrigatória, não se tem com quem trocar idéia a não ser consigo próprio. Isso traz o autoconhecimento, essencial ao aprimoramento pessoal.

A Mútua dos Magistrados foi engrandecida com a sua gestão. E o que a Presidência da Mútua acrescentou à sua vida?

Dois ensinamentos. O primeiro foi aprender a conviver com o sofrimento do próximo. Talvez esse tenha sido o ensinamento mais difícil, pois conheci todos os dramas dos associados, dramas estes que, às vezes, são muito graves porque envolvem a saúde pessoal de um ente querido.

Vi um número incalculável de amigos, pessoas da minha geração, doentes, impossível não se comover. Aprendi a não me abater, ao contrário, a me sentir estimulado para ir ao encontro dessas pessoas e oferecer ajuda na hora em que elas mais precisam.

No começo eu tinha medo porque tive uma experiência dolorosa com um irmão meu que faleceu após sofrer durante anos. Houve momentos em que eu não suportava mais vê-lo naquela situação. A Mútua me ensinou a conviver com a dor sem desanimar, a estender a mão e perguntar: de que forma eu posso lhe ajudar?

O segundo ensinamento é que não existe nada mais gratificante do que você saber que pode ajudar o outro. É extraordinário. Devo isso ao Paulo [Desembargador Paulo Cesar Salomão], que me trouxe para a Mútua e me deu essa felicidade de poder socorrer as pessoas.

É pena que apenas os associados da Mútua tenham acesso a serviços com tanta qualidade.

Mas estamos iniciando um trabalho de responsabilidade social que deve atingir, num primeiro momento, adolescentes carentes, infratores ou não. O objetivo é ajudar esses meninos a terem uma vida digna impedindo que se tornem delinqüentes. Esse trabalho, que está tendo um sucesso muito grande, não envolve investimento financeiro e utiliza a mão-de-obra da Mútua, que cria projetos em que seus associados podem ajudar outras pessoas.

Por tudo isso é que a Mútua dos Magistrados é o melhor plano de saúde do Brasil.

É verdade, mas temos que ter consciência, que esse trabalho necessita de complementação, de sedimentação e, sobretudo, de continuidade.

Os resultados são bons porque são fruto de uma continuidade administrativa, mas podem ser destruídos muito rapidamente se houver uma mudança de postura.

Estamos no caminho certo, chamando a atenção das pessoas para que acreditem que a prevenção é o passaporte para uma vida saudável e feliz. Todos podem chegar bem à idade mais avançada, sem carregar grandes conseqüências, desde que permitam que a Mútua faça um acompanhamento, dando orientações e ajudando.

Até então, os planos de saúde não tinham os dados comprovando os resultados da prevenção. A Mútua apresentou estatísticas que, sem dúvida, demonstram: a prevenção alcança resultados.

ENTREVISTA COM A JUÍZA KATYA MARIA MONNERAT MONIZ ARAGÃO DAQUER



Qual é a diferença entre guarda compartilhada e guarda alternada?

Em 13 de junho de 2008, foi sancionada a Lei 11698 que passou a vigor após sessenta dias de *vacatio legis* e modificou os arts. 1.583 e 1.584 do Código Civil. Esta nova lei traz a proposta de um novo modelo de família, mais democrática, com a co-responsabilização dos pais nas tarefas, cuidados e atenções com os filhos menores em seu benefício.

A guarda compartilhada antes da vigência da nova lei era objeto de acordos entre os pais homologados judicialmente mas, em raras exceções, era determinada pelo Juízo.

A guarda compartilhada é possível quando os pais terminam o relacionamento em acordo, são amigos, têm um relacionamento cordial, conseguem discutir um com o outro sobre as questões que envolvem o filho menor: a escola, o dentista, o médico, detalhes da vida da criança.

Muita gente entende que a guarda compartilhada significa deixar a criança ficar, por exemplo, na segunda, na quarta e sexta-feira com a mãe; e terça e quinta-feira, com o pai. Mas isso não é guarda compartilhada e, sim, guarda sucessiva ou alternada. Na guarda compartilhada, ambos os pais devem participar do cotidiano da criança e de todas as suas questões, proporcionando a co-responsabilidade parental e maior convivência.

A guarda alternada ocorre quando é previsto, pelas partes (de comum acordo) ou pelo Juízo, o período ou dias específicos em que a criança ficará com a mãe ou com o pai não guardião, que desempenhará os poderes/deveres do poder parental. Após o período acordado ou determinado judicialmente, inverte-se a posição de guardião.

A criança pode ficar as duas primeiras semanas do mês com o pai e as duas últimas com a mãe. Pode ocorrer, por exemplo, que a mãe, ou o pai, precise trabalhar determinados períodos em outro estado ou país. A guarda do filho caberia àquele que não for viajar. A guarda alternada possui várias possibilidades. Existem casos em que a mãe, na ausência do pai, alterna a guarda com os avós da criança, desde que, sempre, seja preservado o melhor interesse do filho menor.

Quais são os prós e contras da guarda compartilhada?

Os prós são muitos. Mas o principal é que a guarda compartilhada preserva a convivência tanto da mãe quanto do pai com a criança e, mesmo separados têm a

oportunidade de criarem o filho juntos e exercerem ambos, com maior amplitude, o poder familiar e a equivalente autoridade parental.

Em que pese existam opiniões divergentes entendemos que a guarda compartilhada deve ser fixada quando houver consenso entre os pais, verificado cada caso, considerar a idade da criança ou adolescente, os requisitos dos genitores para o exercício da guarda e ter o Juízo avaliação técnica de equipe multidisciplinar de assistentes sociais e psicólogos para avaliar se respeitado o princípio do melhor interesse da criança e/ou adolescente.

Assim, a guarda compartilhada não será uma boa alternativa quando não existir um bom relacionamento entre o pai e a mãe, após a ruptura da união. Se a discordância entre ambos permanece e vivem em estado de beligerância, não haverá consenso quanto à formação e educação do filho menor, que se acirra, a guarda compartilhada é descabida, pois o conflito prejudica a criança/adolescente. Há necessidade de ser preservada a estabilidade emocional e psicológica do filho menor e sempre e mais uma vez, respeitado o princípio do melhor interesse do menor.

Segundo a Lei 11.698, promulgada no dia 13 de junho de 2008, que entrou em vigor em 13 de agosto de 2008, e alterou o texto dos artigos 1.583 e 1.584, a guarda compartilhada poderá ser aplicada pelo juiz, sempre que possível, quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho. E isto se justifica porque deve ser priorizado o afeto entre os pais e os filhos. Não há juiz que possa impor afeto, não há lei que obrigue. Se não há afeto, se não existir o interesse e o comprometimento dos pais na formação, assistência e educação do filho, respeitados os direitos e deveres, de cada um, a guarda compartilhada não será a melhor solução.

Então, não é possível instituir a guarda compartilhada em ambiente de conflito e intolerância?

Jamais.

Como fica a guarda física e a guarda jurídica dos filhos quando a guarda é compartilhada?

Os dois são os guardiões, física e juridicamente, ambos detêm o poder familiar, são os responsáveis pelo filho. Mas será exercida conforme cada caso em concreto e a disponibilidade de ambos os pais e do menor. Houve um caso, inclusive no Juízo em que sou titular, em que ambos os pais residiam no mesmo prédio em andares diferentes e o filho do casal se alternava no apartamento dos pais conforme a disponibilidade de horários.

Quais são os reflexos da guarda compartilhada no valor da pensão alimentícia?

Na guarda compartilhada, os dois genitores prestarão alimentos, *in natura* ou não. Eles podem dividir entre si as despesas, por exemplo, o pagamento do plano de saúde, a escola, mas isso será acordado entre os dois ou decidido pelo Juiz.

Não é incomum aquele que detém a guarda limitar o contato do ex-cônjuge com o filho, e até desenvolver a Síndrome da Alienação Parental. A guarda compartilhada pode ser benéfica nesses casos?

Na Síndrome da Alienação Parental, aquele que é o guardião tenta excluir a figura do outro genitor não guardião da vida do filho, emocional e psicologicamente. Não raro conseguem, efetivamente, destruir o vínculo emocional, o vínculo afetivo da criança com o pai ou com a mãe que não detém a guarda do filho.

Se ambos os pais entenderem e respeitarem a equivalência da autoridade parental, a guarda compartilhada será a solução para evitar a síndrome da exclusão parental. Mas cada caso deverá ser apreciado para ser solucionado com a guarda compartilhada ou não, segundo os critérios demonstrados acima.

A senhora deseja deixar uma mensagem?

Gostaria de encerrar com o prefácio, do professor Luiz Edson Fachin, escrito para o livro do Rodrigo da Cunha Pereira, *Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família*: "O tempo presente é de inquietudes e por isso mesmo de reflexões para manter acesa a esperança e o sonho. É certo que, como Zeca Andorinho, da estória de Mia Couto sobre o último vôo do flamingo em Moçambique, somos madeira que apanhou chuva. Agora não acendemos nem damos sombra. Temos que secar à luz de um sol que ainda não há. E esse sol só pode nascer dentro de nós. É desse sol que se faz a terra, as árvores e o céu, todos esses mundos que se abrem para acolher a genealogia dos princípios na origem, no meio e no fim da família, um corpo em movimento, mensageiro suscetível de arrotar o rapto da esperança e o seqüestro da vida. É desse sol que reafirma, no vital respeito à diferença, que um outro mundo, sim, é mais possível".

MEDALHA DE HONRA DA MAGISTRATURA FLUMINENSE

No dia 8 de outubro, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Des. José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, e o Corregedor Geral da Justiça, Des. Luiz Zveiter, entregaram a Medalha de Honra da Magistratura Fluminense àqueles que se aposentaram por implemento da idade, em reconhecimento à dedicação ao Poder Judiciário. A solenidade contou com a presença de 133 homenageados, que fizeram da ocasião um grande encontro de amigos de longa data.

O Des. Marcus Faver proferiu, em discurso, belas palavras sobre os colegas, a quem chamou de queridos e inesquecíveis, salientando que conhecia cada um pessoalmente e comparou a busca pela Justiça, da parte dos homenageados, à busca de Eros pela sua outra metade e, com essa analogia, explicou porque é tão dolorida a separação do magistrado do Poder Judiciário, no momento da aposentadoria.

O Corregedor-Geral da Justiça, Des. Luiz Zveiter destacou: "Precisávamos registrar o reconhecimento da Administração aos que fizeram a história da Justiça do nosso Estado. Todos os homenageados trabalharam com sabedoria e competência e ajudaram a construir o nosso Judiciário".

O Presidente Murta Ribeiro lembrou dos que faleceram: "Não estão mais no meio de nós, mas estarão sempre em nossos corações" e fez uma menção especial ao Des. Paulo Cesar Salomão, que deixou nosso convívio recentemente.



Abertura do evento



Des. Paulo Dourado de Gusmão e o Presidente do TJERJ, Des. Murta Ribeiro



Des. Clarindo de Brito Nicolau e o Corregedor-Geral da Justiça, Des. Luiz Zveiter



Des. Enéas Machado Cotta e o Corregedor-Geral da Justiça, Des. Luiz Zveiter



Des. José Lisboa da Gama Malcher



Des. Bernardino Machado Leituga e o Presidente do TJERJ, Des. Murta Ribeiro



Des. Amaury Arruda de Souza



Des. Thiago Ribas Filho



Des. Henrique Carlos de Andrade Figueira, Des. Roberto de Abreu e Silva e Des. José Mota Filho



Des. Ellis Hermydio Figueira e o Corregedor-Geral da Justiça, Des. Luiz Zveiter



Des. Humberto de Mendonça Manes e Des. Miguel Pachá



Des. Celso Muniz Guedes e Des. Álvaro Mayrink da Costa



Des. Ederson de Mello Serra e família



Des. Gilberto Fernandes, Des. Roberto de Souza Côrtes e Des. Darcy Moreira



Des. Carlos Eduardo Fonseca Passos, Des. Nildson Araújo da Cruz, Des. José Joaquim da Fonseca Passos e Des. Leila Mariano



Des. Darcy Lizardo de Lima e Des. Francisco da Motta Macedo



Dra. Carol Murta Ribeiro, Des. José Augusto de Araújo Neto, Des. Telma Musse Diuana e Dr. Luiz Fernando



Des. Sylvio Capanema de Souza e Des. Manoel Carpena Amorim



Des. Décio Xavier Gama, Des. Maurício da Silva Lintz, Des. Marcus Faver, Des. Antonio Izaias da Costa Abreu e Des. Synésio de Aquino Pinheiro



Des. Ronald dos Santos Valladares e Des. Giuseppe Italo Brasilino Vitagliano



Des. Clarindo de Brito Nicolau e família



Des. Índio Brasileiro Rocha, Des. Hilário Duarte de Alencar, Des. Joaquim Cyrillo Baptista Mouzinho e respectivas esposas



Des. Marcus Faver, Dr. Alexander dos Santos Macedo, Dr. Luiz Carlos Bezerra de Menezes e Des. Siro Darlan de Oliveira

História das Comarcas

NITERÓI, COMARCA DA ÁGUA ESCONDIDA

A história de Niterói se inicia em 1555, com o fracasso da invasão francesa. A colaboração do cacique Araribóia e de sua tribo lhes resultou em retribuição sob a forma de cessão de terras pela Coroa Portuguesa. Desse modo, após ser batizado pelos jesuítas com o nome Martin Afonso de Souza, o capitão-mor Araribóia fundou a aldeia de São Lourenço em 22 de novembro de 1573.



Fórum da Comarca de Niterói

O desenvolvimento da aldeia se deu, no princípio, graças às atividades navais e, posteriormente, devido ao comércio da pesca, a construções de armações, à industrialização de produtos provenientes da caça à baleia, o que fez com que a região crescesse em importância até transformar-se, em 1819, em Vila Real da Praia Grande.

Apenas em 1835, quando a vila se tornou, provisoriamente, capital da província do Rio de Janeiro, recebeu o nome Niterói, antes escrito Nictcheroy, que significa "água escondida" em Tupi. Como capital, Nictcheroy alcançou significativo desenvolvimento urbanístico, patente sob a forma de serviços como a iluminação pública a óleo de baleia e lampiões a gás; abastecimento de água, e novos meios de transporte, como barca a vapor, bondes elétricos, estradas de ferro, companhia de navegação, que ligaram a cidade ao interior do estado.

Em 1893, a Revolta da Armada afetou a atividade produtiva de Niterói, tornou necessária a mudança da sede da capital para Petrópolis, e fragmentou a unidade do território, ao mobilizar freguesias próximas a constituírem o município de São Gonçalo.

Em função da proximidade à cidade do Rio de Janeiro, Niterói voltaria a ser novamente capital do estado em 1903, e sob essa condição sofreu novo impulso modernizador responsável pela construção de parques, praças, deques, estação hidroviária e rede de esgotos, e, ainda, pelo alargamento das avenidas e ruas mais importantes da "cidade sorriso".

O mais importante marco fomentador do crescimento econômico da cidade, inaugurado em 1974, durante o regime militar, em plena ditadura, a Ponte Presidente Costa e Silva, mais conhecida como Ponte Rio-Niterói, foi imprescindível ao processo de redirecionamento de investimentos públicos, em infra-estrutura, e privados, nos setores imobiliário e turístico, para

a ocupação da Região Oceânica.

Esse crescimento, excetuando o período em que sofreu o impacto econômico proporcionado pela fusão do estado da Guanabara e Rio de Janeiro, tem sido contínuo.

Atualmente, o município tem crescido expressivamente. Seus índices de desenvolvimento o colocam numa posição de destaque em relação à capital do estado, e tornam-no referência em setores essenciais como educação, saúde, qualidade de vida e cultura.

O desenvolvimento evidenciou-se também em um notável processo urbanístico, que promoveu a edificação de um belo conjunto arquitetônico destinado a abrigar órgãos institucionais do Estado do Rio de Janeiro. As obras, iniciadas em 1913, mas interrompidas durante a Primeira Guerra Mundial, concluíram-se em 1919.

Entre esses prédios públicos, está o Palácio da Justiça de Niterói, construído por determinação da Lei nº 1.044, de 16 de novembro de 1911. Nele, em 1920, seria instalado o Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, em 1975, com a extinção desse tribunal, ocasionada pela fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, para que ambos formassem uma nova unidade federativa, o prédio sediará o Fórum da Comarca de Niterói.

Atualmente, além da sede do Fórum, estão instalados ali a Biblioteca Regional do Tribunal de Justiça e o Centro da Memória Judiciária de Niterói, integrante do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

[Retorna à página inicial](#)



**ACESSE O
BANCO DO CONHECIMENTO
DO PJERJ**

COMES E BEBES

Coluna dedicada aos amantes do vinho e da boa mesa

O frango de Napoleão!

Ivan Lindenberg

Esse mês, vamos falar mais um pouco sobre os prazeres da boa mesa.

Além de enófilo, sou um *gourmet* curioso. Já fiz alguns cursos básicos de gastronomia e nas horas vagas gosto também de “pilotar” um fogão.

Para os amantes da culinária, a cozinha é uma alquimia, mas é preciso gostar de fazer até as coisas mais simples, como fritar um ovo ou um bife, fazer um arroz, etc.

Boa comida não significa necessariamente um prato sofisticado.

Sempre que posso, procuro pesquisar e conversar com os profissionais da área, pois sempre acabo aprendendo um pouco mais sobre as diversas culturas.

Afinal de contas não há como dissociar a história da humanidade, da comida e da bebida.

A culinária da maioria dos países, em geral, é muito rica, mas de origem bem simples. Em certos casos os pratos se originaram de limitações de ingredientes ou dificuldades impostas por tempos de escassez.

É interessante verificarmos que alguns pratos famosos, hoje, internacionalmente, tiveram uma origem humilde, no povo mais simples de suas regiões. Alguns, depois de ficarem conhecidos, sofreram modificações, até porque vivemos em outros tempos e certas limitações são coisas do passado.

Na Europa, temos alguns exemplos típicos. Um deles é a *Paella Valenciana*, o famoso prato feito com arroz, açafrão, frutos do mar, porco, frango, etc. Em conversa com um “chef” da região, hoje radicado no Brasil, soube que antigamente a *paella* era mais rústica, feita pelo povo da região, que não tinha muitas posses. Nesse prato, o porco e o frango foram introduzidos posteriormente, porque, naqueles tempos, eram bem caros. Originalmente, eram usados coelhos, javalis e outros animais e aves de caça, que eram de graça. Ninguém comprava, todos caçavam para complementar a alimentação familiar.

Outro caso é a *fondue*. No inverno rigoroso da Europa, quando, muitas vezes, as famílias ficavam presas sem poder sair de casa, as reservas de comida não eram suficientes, então, em muitas ocasiões se reuniam em volta da lareira com o pouco que tinham. Sobras e cascas de queijos, que eram derretidas, e pão. Eram tempos difíceis, mas hoje quem não gosta de uma *fondue*?

Aqui no Brasil, também temos diversos casos semelhantes, em diversas regiões. A nossa feijoada pode ser um exemplo. Existe uma corrente que fala da criação desse prato no tempo da escravidão, pois os senhores de engenho não permitiam que seus escravos comessem as partes nobres do porco. Utilizavam-se praticamente só dos ossos. Depois, saiu da senzala para conquistar o país e o mundo. Hoje utiliza quase todas as partes do porco.

E assim caminha a culinária!

Particularmente, gosto de cozinhar o que acho interessante, seja salgado ou doce. Mas, apesar do prazer de cozinhar, tenho um problema com os amigos que já degustaram alguns dos pratos feitos por mim: a receita. Como já disse, cozinha é alquimia e aí eu vou experimentando daqui e dali e não me prendo a uma receita específica. Eu sinto na hora, de acordo com os ingredientes, o que colocar a mais ou a menos.

E todo mundo reclama. “Poxa Ivan, você não passa a receita?” Fico meio constrangido, mas não é má vontade ou egoísmo, não! É complicado mesmo passar uma receita que, muitas vezes, não tem

medidas precisas.

Por isso, normalmente, eu falo logo: "Por favor, não me peçam a receita!"

Hoje, entretanto, seguindo o perfil dessa coluna, vou abrir uma exceção e tentar passar uma receita de que gosto muito. Ela é bem simples e por trás dela tem uma história interessante.

Napoleão Bonaparte, famoso pelas guerras e pela tentativa de conquista da Europa, também era um bom *gourmet*. Sem entrar no mérito do personagem histórico, existem algumas passagens interessantes de Napoleão com a culinária e a bebida e quando houver oportunidade, contarei outros casos.

Napoleão, apesar do gosto sofisticado, tinha um problema gástrico crônico, o que limitava bastante o preparo dos seus pratos.

Imaginem as limitações normais inerentes à época em que viveu e, somadas a isso, as dificuldades de se cozinhar num *front* de batalha. Não sei quem era o cozinheiro dele, mas devia ser bom, pois a exigência era grande.

Um dos pratos de que ele gostava era um frango guisado. Provavelmente, uma receita comum no interior da França, pela simplicidade dos ingredientes, alguns inclusive, encontrados até pelos campos, e, quem sabe, até nos caminhos e matas por onde passavam suas tropas. Pela ligação ao personagem, costumo chamar de "Frango de Napoleão".

Essa receita serve a duas ou três pessoas, dependendo do apetite.

Anotem: duas coxas com sobrecoxas de frango, 4 cenouras médias, duas cebolas, 200 gramas de champignon fresco (pode ser encontrado em alguns mercados, caso contrário, pode ser em conserva), 250 ml de vinho branco seco (não pode ser vinho doce ou suave), 500 ml de água, 2 raminhos de folhas de sálvia, farinha de trigo suficiente para empanar o frango.

Limpe bem o frango e separe as coxas das sobrecoxas. Tire a pele, se quiser. Nada de vinagre ou limão, por favor! Tempere com sal e pimenta a gosto. Em seguida envolva o frango na farinha de trigo. Descasque as cenouras e corte em cruz. Descasque também as cebolas e corte ao meio na vertical. Numa panela média, coloque um pouco de manteiga, aqueça e coloque o frango para selar. O processo de selagem se faz com uma leve fritada do frango. É apenas para que a farinha crie uma crosta e não deixe o sumo do frango se perder. É um processo rápido em que o frango não precisa ficar dourado, nem cozido. Terminada a selagem, coloque o restante dos ingredientes (cenouras, cebolas, champignon e a sálvia) na panela. Mexa por alguns instantes e em seguida coloque o vinho branco e complete com a água. A água deve praticamente cobrir os ingredientes. Se for preciso, coloque mais um pouco de água. Reduza o fogo para 180° (fogo baixo), tampe a panela e deixe cozinhar. Mexa de vez em quando. Atenção! Pode ser necessário corrigir o sal. O tempo de cozimento vai variar. O segredo deste prato é o cozimento em fogo lento para que se forme um caldo suculento. Se o fogo estiver alto o cozimento será rápido e teremos um caldo ralo. O ponto ideal será dado quando a cenoura e o frango estiverem cozidos, mas não muito moles. As cenouras devem estar "al dente". Está pronto!

Algumas pessoas servem com arroz branco. Eu prefiro puro com uma boa baguete ou pão italiano para molhar no caldo. E, lógico, um bom vinho branco para acompanhar.

Bom apetite e até a próxima!

Envie ao colega Ivan Lindenberg sua dúvida sobre vinhos pelo e-mail: revistainteracao@tj.rj.gov.br. As orientações versarão tão-somente sobre as características do vinho, não serão indicadas marcas.

Retorna à página inicial

PAPO MUSICAL COM ELOI VICENTE

O ALABÊ DE JERUSALÉM

Há cerca de cinco anos, Lúcio Nascimento, meu amigo, excelente baixista do trio B3, que acompanha regularmente Leny Andrade, me perguntou se eu estaria disposto a participar da gravação de um musical, uma "ópera popular brasileira". Era um trabalho que estava sendo desenvolvido pelo compositor Altay Veloso, intitulado "O Alabê de Jerusalém", que necessitava de vozes diferentes para interpretar as diversas canções que compunham a obra.



Altay Veloso, para quem não conhece, nasceu em São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, onde mora até hoje. Aprendeu sozinho a tocar vários instrumentos e começou sua carreira como guitarrista da Wanderléa. Trabalhou como músico de estúdio e foi um dos precursores da sensacional Banda Black Rio. Suas canções foram gravadas por Roberto Carlos, Elba Ramalho, Fagner, Zizi Possi, Alcione e muitos outros. Mais recentemente (talvez pelo motivo que explicarei em seguida), compôs alguns sucessos para grupos de pagode como Só pra Contrariar ("Mas o porteiro é novo / Ele não me conhece (...)", Negritude Júnior, Soweto e Exaltasamba. Os sertanejos Leandro e Leonardo, Daniel e Roberta Miranda também gravaram músicas de Altay. Em 2000 teve um disco inteiro dedicado às suas composições, gravado pela Leny Andrade, sua amiga e admiradora de longa data.

Eu não o conhecia pessoalmente. Lúcio Nascimento, então, me informou que Altay estava, há mais de vinte anos, envolvido num projeto grandioso. Todas as suas energias e recursos estavam sendo canalizados para a realização do seu sonho. Seu empenho em fazer músicas cada vez mais populares, gravadas por artistas com grande apelo comercial, grandes vendedores de discos, tinha o objetivo de viabilizar o seu ambicioso projeto: a ópera popular "O Alabê de Jerusalém".

"O Alabê de Jerusalém" é um espetáculo teatral e musical, CD e DVD, baseado num livro de mesmo nome, escrito pelo próprio Altay, onde Ogundana é o personagem central da história, um negro fugido da fome na África há dois mil anos, que chega a Jerusalém e acompanha os últimos dias de Jesus Cristo.

Ao contrário do que pode ser entendido inicialmente, não se trata de uma obra religiosa. Na verdade, a principal mensagem que se depreende dela é justamente a possível tolerância entre os diferentes (assunto para o qual, historicamente, as religiões não têm sido bons exemplos).

Altay Veloso apresenta nesse trabalho uma mistura de ritmos, religiões, raças e fatos que pregam a convivência pacífica entre tudo e todos, exaltando as diferenças que fazem dos humanos seres únicos. Na sua obra, cristãos, muçulmanos, judeus, espíritas, budistas, agnósticos, ateus, enfim, pessoas com diversas crenças (ou com a ausência delas) convivem pacificamente, com base na “tolerância entre os desiguais”.

Durante as duas horas de duração do espetáculo gravado, vários artistas e cantores da música brasileira interpretam canções ligadas pela narração do próprio Altay, no papel de Ogundana. Elba Ramalho, Jorge Vercilo, Jorge Aragão, Fafá de Belém, Alcione, Ivan Lins, Margareth Menezes, Pery Ribeiro, Leny Andrade, Sandra de Sá, Lucinha Lins, Lenine, Bibi Ferreira são alguns dentre dezenas de artistas participantes que cantam, interpretando seus personagens, acompanhados pela Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, regida pelo maestro Leonardo Bruno.

Combinamos, Lúcio e eu, a nossa ida ao estúdio (na casa do Altay) num domingo. Conosco iriam ainda os cantores Pery Ribeiro e Carlos Dafé, que, igualmente, foram convidados a participar das gravações. Na chegada, nos juntamos à grande cantora e atriz Watusi, que também iria gravar a sua parte naquele dia.

Depois de uma conversa agradabilíssima (Altay é a elegância e a simpatia em pessoa), ao redor de um farto lanche na sua cozinha, nos dirigimos ao estúdio. O trecho da obra que gravaríamos, consistia numa conversa musical, uma trama entre centuriões romanos. Altay então cantou para nós, com seu violão, as canções daquele ato, para que pudéssemos definir a parte que caberia a cada um. E ali já tivemos o nosso primeiro “queixo caído”: as músicas eram simplesmente lindas!

Em seguida, para nos apresentar melhor o seu trabalho, Altay apagou as luzes do estúdio e projetou um vídeo, feito com a ajuda de seus filhos, contendo um resumo da história de Ogundana, trechos de músicas, depoimentos e reações de artistas que já haviam participado das gravações.

Quando as luzes foram acesas, no final daquela demonstração, Watusi, Pery e Dafé choravam. E “meu coração ateu quase acreditou”. Estávamos todos em silêncio, maravilhados, entendendo que ali, naqueles minutos, fomos apresentados a um dos trabalhos mais bonitos, emocionantes e grandiosos, feitos por um único compositor brasileiro: Altay Veloso, o “preto véio” de São Gonçalo, e seu magnífico “O Alabê de Jerusalém”.

Magistratura em Prosa e Verso

DESEMBARGADOR LIBÓRNI SIQUEIRA

Filho de Antonio Bernardino Siqueira Junior, escultor e poeta, e de Helena Nicoláo Siqueira, professora de alta costura, nasceu em Bonsucesso, na cidade do Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1934.

Em 1958, bacharelou-se pela Faculdade de Direito Cândido Mendes. Em 1967, mediante concurso, ingressou na carreira do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Três anos mais tarde, mediante concurso de provas e títulos, ingressou na magistratura do antigo Estado do Rio de Janeiro. Exerceu a função judicante nas comarcas de Parati, de Engenheiro Paulo de Frontin, de Duque de Caxias e da Capital.

Em 1973, foi promovido, por merecimento, a juiz de direito de 2ª entrância, com exercício na 12ª Região Judiciária. Durante quinze anos foi Juiz de Menores nas comarcas de Duque de Caxias e da Capital do Estado do Rio de Janeiro, tendo exercido durante oito anos a titularidade em Varas de Família. Promovido, por antiguidade, a juiz de direito de entrância especial da 11ª Vara de Família da comarca da Capital em 29 de

outubro de 1981, assumiu o exercício na mesma data.



Promovido, por antiguidade, a juiz de direito do Tribunal de Alçada Criminal em 12 de abril de 1995, veio a ser alçado, também por antiguidade, por ato de 20 de fevereiro de 1998, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio

de Janeiro. Ao longo de uma vida dedicada à Justiça, exerceu com maestria e paixão a sua função de magistrado na seara dos Direitos de Família e de Menores até a sua aposentadoria, em 24 de maio de 2004.

É professor de Sociologia e Estudos de Problemas Brasileiros, escritor, poeta, pensador, jusfilósofo, cronista e conferencista. Membro das Academias de Letras Carioca, Guanabarina, Duquecaxiense e Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais, publicou artigos técnico-científicos em jornais e revistas nacionais e estrangeiras. Especialista em Docência Superior, Direito de Família e de Menores, dedicou-se ao estudo dos problemas da infância, da juventude e da família brasileiras.

Nas poucas horas vagas, dedicou-se às letras, ofertando-nos *A grande sociedade* (1965), *Sociologia do Direito do Menor* (1980), *Ecopediatria* (1981), *Notas interpretativas ao Código de Menores* (1980), *Nossos momentos* (poesias, 1985), *Liturgia do amor maior* (1987), *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente* (1991), *Dos direitos da família e do menor* (1991), *Adoção no tempo e no espaço* (1992), *Reflexões* (pensamentos, 1993), *Ações integradas de saúde - a criança e a família* (1994), *A essência do meu pensamento* (pensamentos, 1997), *Adoção - doutrina e jurisprudência* (1998), *Saúde - conceitos abrangentes* (2000), *Para você meditar* (2003), *Saúde e educação - um sonho que se realizou* (2004), *Poemas de Amor* (2004), *Coletânea de acórdãos na esfera criminal* (2004).

Laureado inúmeras vezes por seus trabalhos técnicos e literários e por sua vida exemplar, com perene dedicação à infância, à juventude e aos menos favorecidos, permanece fiel ao seu pensamento: "Não sejamos felizes sem que outros o sejam também".

Destaca-se como criador e fundador de três instituições, das quais exerce a presidência: a Associação de Solidariedade à Criança Excepcional (ASCE); o Centro Educacional Integrado (CEI) e a Faculdade de Reabilitação (FRASCE). É ainda coordenador-

geral do Movimento Nacional pela Família (MONAFAM) e presidente da Comissão Técnica e Científica da Associação Brasileira dos Juízes da Infância e da Juventude.

Agraciado com diversos títulos e condecorações, destacam-se entre eles o título de "Cidadão Duquecaxiense", em 24 de agosto de 1976, da Câmara Municipal da cidade de Duque de Caxias; a "Medalha de Ouro da Ordem Duque de Caxias", em 1984; o "Diploma da Ordem do Mérito da União Brasileira de Cultura e Educação" (UNIBRACE), em 4 de agosto de 1997; o "Diploma de Televisão Gente que Faz", em 11 de fevereiro de 1995; o "Gran Trofeo Etrusco - Il Guerriero", da Academia Del Fiorino (Itália), em 1992; a "Medalha do Pacificador", do Exército Brasileiro, em 1995; o título de "Cidadão Fluminense", da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 1990; a "Medalha do Mérito Judiciário", na fase inicial de sua carreira na magistratura, e a "Medalha de Honra da Magistratura Fluminense", em 2008, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Magistrado que honrou e dignificou a toga que usou, manso no falar e fidalgo no gesto, homem generoso, humano e de grande sensibilidade, o Desembargador Libórni Siqueira constitui exemplo a ser seguido pelas gerações futuras.

DES. LIBÓRNI SIQUEIRA - POEMAS

EU QUERIA SER POETA

Eu queria ser poeta
para dominar o vernáculo
e saber conjugar o pensamento
sem qualquer obstáculo
chegar aos páramos do firmamento.

Eu queria ser poeta
para compor sonetos, poemas
e baladas numa sinfonia de versos
louvando o amor nos variados temas
ainda que seguindo os caminhos incertos.

Eu queria ser poeta
para descobrir o brilho das estrelas
que iluminam o céu do teu sentir
construindo imagens sem contê-las
nas emanções do passado e do porvir.

Eu queria ser poeta
para viver do sonho e da fantasia
levando aos corações a felicidade
e colher da natureza toda a harmonia
jorrando o universo que me invade.

Eu queria ser poeta
e banhar meus versos com o perfume
que aromatiza e inebria os espaços
ser das noites escuras um vagalume
para iluminar os caminhos dos teus passos.

Eu queria ser poeta
para anestésias os corações
com as imagens da beleza
repleta das convexas emoções
que despertam nas manhãs a natureza.

Eu queria ser poeta
para exaltar no sacrário os santos
e compor uma prece silente
dentro da mística dos encantos
Com a energia cósmica presente.

Eu queria ser poeta
ter o poder de juntar todas as estrelas
como gotas de luz num diadema
fazer um colar de sonhos e mantê-las
para ofertar-te, mulher, o meu poema.

Poema extraído do livro *Poemas de Amor*, de autoria do Desembargador Libórni Siqueira.
Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 2004, pp. 40-41.

FALA-ME DE TI...

Fala-me de ti,
do que fazes e o que sonhas,
pois quando falas eu me enteneço
na suavidade de tua voz.

Fala-me de ti,
para que eu me esqueça de mim
e assim possa espargir todas as agruras,
ausentando-me de dentro de mim
e como um pássaro sem rumo, encontre em ti
o ninho aconchegante para o repouso desejado.

Fala-me de ti,
sem olhar as horas,
para que eu me perca nas venturas do tempo
e não pense quando, novamente, poderei ouvir-te.

Fala-me de ti,
dos teus projetos, dos teus ideais,
das tuas lutas, das tuas vitórias e,
ao final, quem tu és...

Fala-me de ti,
do teu sentir,
da tua música,
dos teus anseios,
dos teus anelos...

Fala-me de ti,
fala muito mesmo,
para que tua voz se grave em minha mente
e me permita caminhar ouvindo-te.

Fala-me de ti,
para que eu não fale de mim,
pois quero ser o forasteiro anônimo,
roubando-te o sonho que não sonhei,
ou não pude sonhar;
a vida que não vivi;
o mundo lá fora que não conheci.

Fala-me de ti,
do teu ser mulher,
dos teus gestos delicados,
das tuas ironias,
do teu tom severo,
enfim, de todo o teu esplendor.

Fala-me de ti,
pois assim fazendo,
estarás falando de mim...

Poema extraído do livro *Poemas de Amor*, de autoria do Desembargador Libórni Siqueira.
Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 2004, pp. 53-54.

[Retorna à página inicial](#)

MUSEU DA JUSTIÇA PROMOVE O CURSO A MULHER, O DIREITO MODERNO E A LITERATURA CLÁSSICA

O Museu da Justiça está com as inscrições abertas para o curso "A Mulher, o Direito Moderno e a Literatura Clássica". O objetivo principal é discutir alguns institutos do Direito na Antigüidade, traçando um paralelo com institutos do Direito moderno, a partir de personagens da mitologia grega, que integram a literatura clássica universal.

Os interessados devem se inscrever até 48 horas antes do início do curso, e enquanto houver vagas, pelo telefone 3133-2975, das 11h30min às 17h30min.

O curso acontecerá nos dias 2, 3 e 4 de dezembro, das 18 às 20h, totalizando seis horas de carga horária. É dirigido a magistrados, funcionários, professores e estudantes de Direito, História, Sociologia e ciências afins, pesquisadores e demais pessoas interessadas no tema. O local será o Plenário da Corte de Apelação do Distrito Federal, na sede do Museu da Justiça, situado à Rua Dom Manuel nº 29, 3º andar, no Centro do Rio. As palestras serão ministradas pelo Desembargador aposentado e Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Luiz César de Aguiar Bittencourt Silva.

O número de vagas será limitado e estabelecido pela Coordenação, que definirá os critérios e percentuais de cada categoria de participantes para o seu preenchimento. Os certificados e declarações serão expedidos pelo Museu da Justiça somente para os alunos que se inscreverem antecipadamente e que comparecerem a 100% das aulas. Caso contrário, serão considerados apenas ouvintes.

Objetivos

O curso tem como objetivos: permitir a compreensão da relação entre a produção do Direito e o desenvolvimento da sociedade; discutir os principais marcos históricos e jurídicos do Direito; permitir a criação de uma consciência crítica na formação do profissional do Direito; e estimular o debate e a reflexão entre dois campos do conhecimento humano: História e Direito.

Conteúdo programático

- 1.^a Aula: 2 de dezembro: Antígona - Direito Material e o Direito Positivo;
- 2.^a Aula: 3 de dezembro: Electra - O Homicídio Qualificado. Concurso material;
- 3.^a Aula: 4 de dezembro: Helena - O Adultério no Direito Civil e no Direito Criminal.

OUVIDORIA GERAL DÁ OPORTUNIDADE PARA QUE DEFICIENTES VISUAIS DESENVOLVAM SUAS HABILIDADES

Cinco deficientes visuais se encontram, atualmente, lotados na Ouvidoria Geral do PJERJ desempenhando as mesmas atividades que colegas que não possuem nenhum tipo de deficiência. Esta realidade serve para que todos repensem seus conceitos sobre a inserção dos deficientes no ambiente de trabalho e desmistifique a idéia de que só podem exercer atividades mais simples, como atender o telefone.

Quando a unidade organizacional faz as adaptações necessárias para viabilizar a igualdade de condições a todos os funcionários, não há por que subaproveitar servidores tão bem preparados quanto os demais e que custam ao Estado o mesmo valor. Trata-se de vencer preconceitos, pois, com um pequeno esforço inicial, que pressupõe computadores e programas específicos, pode-se obter a plenitude da capacidade laborativa destas pessoas.

Muitos não imaginam as dificuldades que os deficientes visuais enfrentam para passar no concurso público, e, mesmo sabendo que o conteúdo das matérias é o mesmo para todos, os menosprezam, acreditando que encontraram facilidades com a reserva de vagas. A verdade é que a forma como eles estudam não é igual a dos que enxergam normalmente. Faltam livros em braille que abordem o conteúdo programático

das provas; na época em que prestaram concurso não contavam com softwares leitores de tela e, nos cursinhos, poucos foram os que tiveram ajuda de colegas dispostos a ler para eles, auxiliando-os nos estudos. A hora da realização das provas é um capítulo à parte, pois não são disponibilizados computadores, o que torna necessário a presença de um leitor que nem sempre sabe a forma ideal de proceder naquele momento.

Os que desenvolveram uma doença que os levou à perda da visão podem, a princípio, parecer que levam vantagem sobre os que nasceram com a cegueira. Entretanto, facilidade é uma palavra incompatível com deficiência visual. Elaine teve que descobrir como lidar com a nova realidade e afirma que, por isso, compreende a dificuldade das pessoas em lidar com um deficiente visual no ambiente de trabalho. "A capacidade do ser humano é ilimitada e vai sendo descoberta conforme os caminhos que vão se abrindo". A prova desta afirmação é a história de Ana Paula que, ao ingressar no Tribunal, não sabia usar o computador, mas aproveitou todas as oportunidades que teve para se capacitar e, inclusive, esteve recentemente em São Paulo para se atualizar na versão 6 do Virtual Vision e multiplicar seus conhecimentos, capacitando os colegas. Brevemente, ela ministrará aulas



Cristiane, Elaine, André, Ana Cristina e Ana Paula

de *Outlook*, na ESAJ, para alunos em geral. Todos poderão, então, aprender com a professora Ana Paula, já que a turma não é destinada exclusivamente a deficientes, e, assim, saberão o que os alunos da escola pública em que o André dava aulas e os da faculdade em que a Cristiane ministrou um curso já sabem há tempos: a deficiência visual não é empecilho para a disseminação do conhecimento.

Ana Cristina perdeu parcialmente a visão no decorrer de sua trajetória no TJERJ e, após readaptação, foi lotada no teleatendimento da Ouvidoria, onde executa seu serviço com satisfação. Aliás, bom mesmo é trabalhar satisfeito, o que não é possível quando a auto-estima está abalada ou o funcionário se sente desvalorizado. E é isso que acontece quando um deficiente não exerce todo o seu potencial porque não encontra em seu ambiente de trabalho as adaptações necessárias para dar tudo de si.

Quem conversa com Elaine, Ana Paula, André, Cristiane ou Ana Cristina tem a chance de aprender muito acerca dos mitos que cercam a deficiência visual. Cada um tem uma trajetória pessoal de superação de obstáculos, mas todos concordam que basta uma oportunidade para mostrarem do que são capazes. Ninguém espera que lhe passem a mão na cabeça se chegarem atrasados pensando: "Ah! Coitados, afinal são cegos". Ao

invés: desejam ver o trabalho que desempenham reconhecido.

A deficiência visual não torna uma pessoa mais ou menos capacitada para determinada atividade. O talento, a personalidade, as habilidades são individuais, independem do grau de visão do indivíduo. A Ouvidoria Geral apóia os deficientes visuais e combate a discriminação ao colocá-los para desempenhar as mesmas atividades que os demais, observando que as ferramentas devem ser adequadas.

O computador é, atualmente, indispensável à execução da maioria maciça dos serviços desempenhados pelos serventuários da Justiça. No tocante àqueles que possuem deficiência visual, essa ferramenta se torna absolutamente essencial. Quando a escrita é em braille, fica restrita a poucos. Entretanto, por meio do computador, pode ser compreendida por todos. O computador dá autonomia e independência. Para que alcancemos a tão desejada inclusão social, faz-se necessária a inclusão digital.

O que é necessário investir para atender as reivindicações dos deficientes visuais é nada se comparado ao que se gasta deixando de explorar suas capacidades. Temos que procurar dar a todos condições de desempenharem suas funções, cabendo a cada um se capacitar e demonstrar o seu valor.

DIRETORIA GERAL DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

III CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

Realizou-se, no período de 20 a 24 de outubro, no auditório do Clube de Engenharia, o III Congresso Nacional de Arquivologia, que teve por objetivo discutir uma Política de Gestão de Documentos com abrangência em todos os Tribunais de Justiça Estaduais.

Participaram da abertura do evento, em 21 de outubro, o **Desembargador Antônio Carlos Esteves Torres**, responsável pelas considerações iniciais, e a **Juíza Maria da Glória Oliveira Bandeira de Mello**, membros efetivos da Comissão Permanente de Avaliação Documental - COPAD do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJERJ.



O Diretor da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento - DGCON, Marcelo Filgueiras, iniciou sua exposição sobre Gestão de Documentos Arquivísticos mencionando que desejava compartilhar, além das conquistas e experiências do Tribunal de Justiça, as ansiedades e questões enfrentadas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ.

Segundo o parecer de **Marcelo Filgueiras**, é necessária uma discussão de amplitude nacional sobre o tema, no contexto dos Tribunais Estaduais e do Distrito Federal, para que se desenvolva uma gestão eficiente da documentação da Administração Pública. Em sua intervenção, ressaltou, ainda, que a democratização da informação, possibilitada pelo acesso aos acervos arquivísticos, propicia que a nossa história possa ser contada e, ao atender o disposto no art. 216, § 2º, da CRFB, e no art. 1º da Lei 8.159/91, a cidadania seja melhor exercida.



Posteriormente, compuseram a mesa o Diretor da DGCON/DEGEA (Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos), Marcio Teixeira, e o Diretor da DGCON/DIGED (Divisão de Gestão de Documentos), Gilberto Cardoso.



Em sua exposição sobre a experiência do TJERJ, **Gilberto Cardoso** lembrou que, ainda que o Arquivo Central, localizado em São Cristóvão, tenha sido inaugurado em 2005, a experiência administrativa se desenvolveu a partir de 1995, quando a Alta Administração verificou que era necessário conhecer o acervo do Tribunal, anteriormente gerenciado por uma empresa terceirizada.

Desde então, destacou Gilberto, foram alcançados os seguintes benefícios:

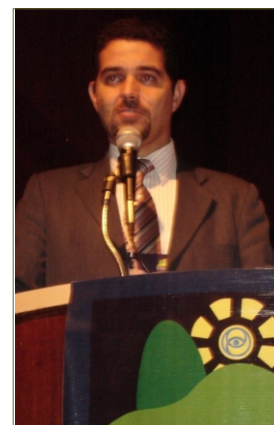
1- Redução de custos com a guarda de documentos;

- 2- Diminuição do tempo médio de desarquivamento de 5 para 2 dias;
- 3- Total controle (rastreadabilidade) sobre os processos arquivados, mediante uso do sistema informatizado desenvolvido pela DGTEC;
- 4- Atendimento de todas as comarcas do Estado;
- 5- Incremento da eliminação de documentos que não necessitam prevalecer guardados.

O palestrante também apresentou e demonstrou o funcionamento da Tabela de Temporalidade de Documentos do TJERJ, e o Código de Classificação de Documentos, e informou que os servidores a utilizam on-line, via sistema.

O Diretor da DGCON/DEGEA, **Marcio Teixeira**, informou que o Arquivo Central é certificado desde 2006 pela Norma ISO e mencionou o projeto, para o próximo ano, de criação do Centro de Digitalização de Documentos.

Os presentes à palestra foram convidados a integrar a visita, no dia 22 de outubro, do Arquivo Central do TJERJ, evento organizado pela DGCON, que disponibilizou transporte para os interessados.



I ENCONTRO SOBRE GESTÃO DE DOCUMENTOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS E DO DISTRITO FEDERAL

Evento integrante do IV Encontro de Arquivos Judiciais do III Congresso Nacional de Arquivologia, o I Encontro sobre Gestão de Documentos dos Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal, promovido pela Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento - DGCON, teve como ponto alto a elaboração de uma "Carta de Proposições", que revela o desejo e a necessidade de integração entre os representantes das áreas de gestão de documentos e de arquivos dos Tribunais Estaduais e do Distrito Federal, na busca de uma padronização da gestão documental, que respeite as diferentes realidades dos Estados.

Estiveram presentes integrantes dos Tribunais do Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Sergipe e do Rio de Janeiro.

CARTA DE PROPOSIÇÕES DO I ENCONTRO SOBRE GESTÃO DE DOCUMENTOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS E DO DISTRITO FEDERAL

Os representantes das áreas de Gestão de Documentos e Arquivos das Cortes de Justiça Estaduais e do Distrito Federal, reunidos no **I ENCONTRO SOBRE GESTÃO DE DOCUMENTOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS**, realizado na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 21 e 22 de outubro de 2008 - evento integrante do III Congresso Nacional de Arquivologia -, com o propósito de contribuir para a implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas no

ordenamento jurídico nacional, especialmente no artigo 216, § 2º, da Carta Magna de 1988 e no artigo 1º da Lei Federal nº 8.159/1991, e considerando a necessidade de fortalecimento, modernização, integração e padronização dos programas, projetos, procedimentos e instrumentos relativos à gestão de documentos no contexto das Justiças dos Estados e do Distrito Federal para que, com eficiência, assegurem o exercício democrático da cidadania e aprimorem o relacionamento com a Sociedade, apresentam, para oportuno encaminhamento ao Conselho Nacional da Justiça (CNJ) e ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), as seguintes propostas:

1. Criar grupo de trabalho para realizar estudo sobre o estágio de desenvolvimento das práticas de gestão documental dos Tribunais Estaduais e do Distrito Federal, o qual, no desempenho de seu mister, priorizará o uso dos meios eletrônicos de comunicação;
2. Instituir modelo nacional básico de gestão de documentos, em conformidade com as normas técnicas do CONARQ, referenciado nas conclusões do grupo de trabalho, que assegure a preservação e o acesso às informações que integram o acervo arquivístico dos Tribunais Estaduais e do Distrito Federal, respeitadas as particularidades regionais;
3. Fomentar a padronização e a uniformização taxonômica e terminológica empregada em Sistemas de Gestão de Documentos, incrementando o uso e facilitando a recuperação e a troca das informações arquivísticas;
4. Estimular a otimização dos processos de trabalho afetos à gestão documental, mapeando e desenhando os fluxos de atividades com vistas a sua constante evolução e à racionalização dos custos;
5. Propor a realização de um estudo de viabilidade para criação de código de classificação e Tabela de Temporalidade Unificada, respeitando-se as particularidades de cada Tribunal;
6. Incentivar a integração entre as áreas de gestão de documentos e de tecnologia da informação dos Tribunais Estaduais e do Distrito Federal, no sentido de criar sistemas informatizados que tenham seu funcionamento atrelado aos instrumentos arquivísticos (código de classificação e tabela de temporalidade de documentos);
7. Propor diretrizes para a racionalização e a padronização na produção dos documentos, com observância às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
8. Propor políticas de preservação da memória do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal, independente do suporte da informação;
9. Propor a criação do cargo de Arquivista e de Historiador no Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal, como forma de

aperfeiçoar a gestão de documentos e de melhor aproveitar e difundir o conjunto de informações que compõem o acervo histórico-arquivístico sob a guarda destas instituições;

10.Promover a realização de encontros anuais entre as áreas responsáveis pela gestão de documentos de cada Tribunal Estadual e do Distrito Federal, visando à troca de informações e experiências relacionadas ao tema;

11.Incentivar a formalização de convênios entre os Tribunais Estaduais e do Distrito Federal, a fim de acelerar e simplificar o acesso a projetos, programas, sistemas informatizados, instrumentos e documentos estruturados relativos à gestão de documentos;

12.Recomendar aos Tribunais Estaduais e do Distrito Federal que prevejam em seus planejamentos estratégicos e orçamentários dotação específica para a gestão de documentos.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de outubro de 2008.

**PARTICIPANTES DO I ENCONTRO SOBRE GESTÃO DE DOCUMENTOS
DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS E DO DISTRITO FEDERAL
VISITAM ARQUIVO CENTRAL DO TJERJ**

Servidores de vários Tribunais dos Estados participaram da visita ao Arquivo, ocasião em que se deu um movimentado intercâmbio de informações entre os mesmos e o Diretor da DGCON/DEGEA, Marcio Teixeira.





Tassiara Kich (TJRS), Anderson Luis (TJBA) e Cristiane Magalhães (TJBA) na visita ao Arquivo Central do TJRJ

Abaixo, a reprodução de depoimentos com as impressões de alguns dos representantes de Tribunais de outros Estados:

"Mais do que uma oportunidade para discutirmos o andamento da Gestão Documental nos Tribunais de Justiça, o I Encontro sobre Gestão de Documentos dos Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal foi uma grande oportunidade para socializarmos as experiências que vivemos em cada Estado.

Compartilhamos as dificuldades encontradas, discutimos as soluções propostas e, principalmente, estreitamos os laços entre nós. Sem dúvida alguma, um grande passo para o Judiciário. Parabéns a todos que participaram desse evento."

Cristiane Magalhães - Assessora Chefe do Núcleo de Documentação e Informação - IPRAJ (Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária) - Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

"O I Encontro sobre Gestão de Documentos dos Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal foi muito proveitoso em termos de trocas de conhecimento e planejamento de ações, visto que demonstrou a preocupação com a implementação e até padronização da gestão documental nos Tribunais. Experiências como as demonstradas pelos Tribunais dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Sergipe comprovam os resultados positivos alcançados com o tratamento da informação arquivística. Além disso, acredita-se que o Encontro iniciou um momento de esforço conjunto em favor dessas políticas, por meio da criação de um Grupo de Trabalho e da busca de contribuição dos Tribunais e de outros órgãos."

Tassiara Jaqueline Fanck Kich - Arquivista - Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

"O I Encontro sobre a Gestão de Documentos dos Tribunais Estaduais e do Distrito Federal, realizado no Rio de Janeiro, demonstrou o alto grau de interesse das Instituições na busca do aperfeiçoamento e aplicação das melhores práticas em prol da criação e manutenção de seus Arquivos. Entendemos que muito há o que se fazer e a troca de informações é a resposta aos nossos questionamentos. A equipe do TJERJ, responsável pela organização do evento, demonstrou sua experiência de forma competente e brilhante, com a natural cordialidade característica dos cariocas. Estamos todos gratos!"

Guacira de Oliveira - Coordenação de Arquivo - COARQ (2ª Instância) - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

NIREU CAVALCANTI EFETUA PESQUISA NO ACERVO PERMANENTE DO PJERJ

No mês de julho, o Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON/SEGAP) recebeu a visita do pesquisador Nireu de Oliveira Cavalcanti, arquiteto com doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, autor de livros como "O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte" e "Crônicas Históricas do Rio Colonial", além de ter inúmeros artigos e trabalhos publicados.

O professor Nireu Cavalcanti, há muitos anos, vem desenvolvendo pesquisas sobre a cidade e o Estado do Rio de Janeiro. Dentre seus trabalhos, o pesquisador destaca a história do vale ou bacia do rio Carioca, que compreende os atuais bairros da Glória, Catete, Flamengo, Laranjeiras e Cosme Velho. O estudo investiga como esses bairros formavam um território dividido em cerca de vinte chácaras. Com o

intuito de completar as informações sobre o bairro do Cosme Velho, o pesquisador procurou o Arquivo Central do PJERJ para efetuar pesquisa documental no acervo permanente da instituição, em busca de processos judiciais que contenham informações sobre a região.



O pesquisador Nireu Cavalcanti está preparando o segundo volume da obra "Crônicas Históricas do Rio Colonial"

Segundo o pesquisador, a consulta no acervo da instituição foi muito proveitosa para o desenvolvimento de sua pesquisa. Em sua visita, o pesquisador consultou o inventário de José Borges da Costa (1872) e o testamento do Desembargador Roberto Carr Ribeiro (1810),

senhor de engenho em São Gonçalo. Segundo Nireu, ele vinha procurando, há muitos anos, dados sobre esse importante desembargador do período colonial. O pesquisador destacou que no breve, mas proveitoso, período em que esteve no Arquivo Central, pôde perceber a riqueza documental ali existente.

Biblioteca do TJERJ

BIBLIOTECA, INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL



De acordo com a Wikipédia, **Inclusão Digital** é a democratização do acesso às tecnologias da Informação, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação, simplificando a sua rotina diária, maximizando o tempo e as suas potencialidades. Um incluído digitalmente não é aquele que apenas utiliza essa nova linguagem, que é o mundo digital, para trocar e-mails, mas aquele que usufrui desse suporte para melhorar as suas condições de vida.

A inclusão digital volta-se também para o desenvolvimento de tecnologias que ampliem a acessibilidade para usuários com deficiência, além dos projetos e ações que facilitam o acesso de pessoas de baixa renda às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Dessa forma, toda a sociedade pode ter acesso a informações disponíveis na Internet, e assim produzir e disseminar conhecimento. A inclusão digital insere-se no movimento maior de inclusão social, um dos grandes objetivos compartilhados por diversos governos ao redor do mundo nas últimas décadas.

Os três pilares para que a inclusão digital aconteça são: TICs, renda e educação. Qualquer ação sem algum desses pilares está fadada ao insucesso. De acordo com o Mapa de Exclusão Digital, divulgado no início de Abril/2003 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) com outras entidades, aproximadamente 12% dos brasileiros têm computador em suas residências e pouco mais de 8% encontram-se conectados à Internet, isto é, 88% da população encontra-se excluída.

Um elemento essencial para a inclusão digital é a educação, devendo fazer parte do processo de ensino, promovendo a educação continuada. A ação governamental também é indispensável. As ações de inclusão digital devem estimular parcerias entre governos e empresas privadas, visando facilitar o acesso à educação e a redistribuição de renda, permitindo o acesso às TICs. Algumas ações podem ser promovidas pelos governos e empresas privadas, tais como disponibilizar o acesso a terminais de computadores e correio eletrônico a toda a população; oferecer tarifas reduzidas para uso dos sistemas de telecomunicações; criar mecanismos fiscais para o recebimento de doações de computadores e equipamentos de infra-estrutura. Os indivíduos que, por falta de condições de renda, não têm como dispor de computador e linha telefônica em casa, poderiam ter acesso através de empresas, escolas ou centro de cidadãos.



Essas ações ainda não são suficientes. É necessário o desenvolvimento de redes públicas que possibilitem a oferta de meios de produção e difusão de conhecimento. Neste contexto, encontramos as instituições de ensino e órgãos de disseminação de informação como as bibliotecas.

Os acervos das bibliotecas evoluíram no que se refere aos suportes da informação do papel, passando pelas bases de dados (*CD-ROM*, acesso à rede de computadores para dados compartilhados, acesso via rede) e pelo acesso à informação hipermídia disponível *on-line*. Observa-se que o espaço digital já está incorporado às atividades das bibliotecas bem equipadas, sendo a essência das bibliotecas virtuais, e, por outro lado, indispensável para muitas das atividades das bibliotecas com sede física. O espaço digital passou, assim, a ser a via mais transitável por todas as pessoas que procuram informações e dispõem de acesso à Internet e aos computadores, tornando-se um espaço socialmente inclusivo, oferecendo acesso a todos. Esse objetivo se concretiza pelo uso combinado de ajudas técnicas com conteúdos digitais acessíveis. Faz-se necessária, também, a existência de um suporte adequado para esses usuários, tanto na utilização de ajuda técnica quanto na preparação de materiais alternativos, tais como a digitalização de textos disponíveis apenas em impresso, a transcrição em texto de documentos orais e a descrição de documentos visuais.

As bibliotecas devem cuidar para que seja permitida a participação de todos os seus usuários aos serviços que disponibiliza, usando todos os suportes de informação compatíveis com os usuários de suas informações.



Considerada biblioteca de expressão em sua área, a **Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro** não poderia ficar fora de movimento tão expressivo. Como prova de cidadania, estamos empenhados em inserir-nos no processo de inclusão digital e adequar nossa tecnologia e recursos para integrar-nos às políticas públicas, apoiando a inclusão digital de tantos e tantos estudantes de Direito que nos procuram em busca de estudos e pesquisas que ampliem seus conhecimentos para permitir-lhes, ao final, um melhor lugar em nossa sociedade. Não pensemos no estudante como um ser isolado, único, ele é um e mais uma família que o acompanha inicialmente apoiando-o, mas, em futuro próximo, sendo apoiada por ele.

"Estimamos que até 2010 teremos 80% da população brasileira acessando regularmente a internet de uma forma ou de outra. Essa é uma meta global", afirmou o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende (Agência Brasil).

Não podemos permanecer fora de movimento com tamanha importância, considerando-se que, em nossa casa a matéria jurídica é informação de qualidade máxima. Continuamos em nossos esforços para acompanhar o avanço tecnológico e para prover a biblioteca do TJRJ, no menor tempo possível, de recursos para atender ao nosso usuário. À biblioteca afluem não só estudantes, mas também o cidadão comum.

Equipe do SEDIV

sediv@tj.rj.gov.br

DGCON-DEGAB-DIDIB-SEDIV

Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

NOVIDADE NO BANCO DO CONHECIMENTO

O Banco do Conhecimento é um instrumento destinado a facilitar a localização, a recuperação e a reutilização dos dados, informações e conhecimentos mais relevantes para o cumprimento da missão institucional e tem como objetivo contribuir diretamente para a eficiência e a eficácia das atividades dos magistrados e servidores, além de ser fonte de consulta para o público externo.

Diversas melhorias foram implementadas no Banco do Conhecimento e destacaremos, no mês de novembro, os artigos jurídicos disponibilizados no link Direito Constitucional, a saber:

Artigos Jurídicos - Direito Constitucional

- **A Constitucionalidade das Interceptações de fluxo de Informática** - Gustavo Bandeira da Rocha Oliveira
- **O Princípio Fundamental da Dignidade Humana e sua Concretização Judicial** - André Gustavo C. de Andrade
- **Dimensões da Interpretação conforme a Constituição** - André Gustavo C. de Andrade
- **O Combate à Corrupção no Brasil: Responsabilidade Ética e Moral do Supremo Tribunal Federal na sua Desarticulação** - Emerson Garcia
- **Poder Normativo Primário dos Conselhos Nacionais do Ministério Público e de Justiça: A Gênese de um Equívoco** - Emerson Garcia
- **Direito Judicial e Teoria da Constituição** - Emerson Garcia
- **Princípio da Separação dos Poderes: Os Órgãos Jurisdicionais e a Concreção dos Direitos Sociais** - Emerson Garcia
- **Dignidade da Pessoa Humana: Referenciais Metodológicos e Regime Jurídico** - Emerson Garcia
- **O Direito à Educação e suas Perspectivas de Efetividade** - Emerson Garcia
- **A Corrupção. Uma Visão Jurídico-Sociológica** - Emerson Garcia
- **A Politização do Judiciário e Marketing Institucional** - Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho
- **Direito à Privacidade e Liberdade de Expressão** - Daniela Ferro Affonso
- **Direitos Fundamentais. Liberdade e Colisão de Direitos** - Letícia de Faria Sardas
- **A Norma Constitucional** - Nagib Slaibi Filho
- **Breve História do Controle de Constitucionalidade** - Nagib Slaibi Filho
- **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental** - Nagib Slaibi Filho
- **Ação Popular: A Concretização da Democracia Participativa** - Nagib Slaibi Filho

- **As Emendas Constitucionais n. 41/03 e n. 19/98 e a Fixação de Subteto dos Servidores Públicos - Hermenêutica Constitucional** - Roberto de Abreu e Silva
- **Reserva de Vagas no Ensino Público Brasileiro** - Claudio de Mello Tavares
- **Quilombos: Da Insurreição à Propriedade Constitucional** - Marco Aurélio Bezerra de Melo
- **A Medida Provisória 2220/01 na Ótica da Função Social da Propriedade** - Paulo Luciano de Souza Teixeira
- **Justiça Coletiva em uma Sociedade de Massa** - Gustavo Quintanilha Telles de Menezes
- **O Acesso à Justiça e a Celeridade na Tutela Jurisdicional** - Luciana de Oliveira Leal
- **O Sistema de Cotas Raciais como Ação Afirmativa no Direito Brasileiro** - Luciana de Oliveira Leal
- **Direito Fundamental à Saúde Tutela de Urgência** - Maria Cristina Barros Gutierrez Slaibi
- **A Revisão Judicial das Escolhas Orçamentárias e a Efetivação dos Direitos Fundamentais** - Alceu Maurício Jr
- **Administração Judiciária e Organização Judiciária** - Nagib Slaibi Filho
- **Texto, Norma e Valor - A Evolução na Constituição de 1988** - Nagib Slaibi Filho
- **A Arguição de Inconstitucionalidade e a Súmula Vinculante nº 10 como Instrumentos da Hermenêutica Constitucional** - Nagib Slaibi Filho

Na próxima edição, abordaremos outras novidades que foram incorporadas à Página dos Artigos Jurídicos do Banco do Conhecimento.

Por enquanto, navegue em nossa Página. O caminho é o seguinte: **www.tj.rj.gov.br / Onde Encontro / Doutrina / Artigos Jurídicos.**

Aproveite e envie sua sugestão. Sua opinião é fundamental para a melhoria de nossos serviços.

Seesc@tj.rj.gov.br

“Banco do Conhecimento do PJERJ: disseminando e compartilhando o saber organizacional”

Retorna à página inicial

**DIRETORIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL****VARAS CÍVEIS DOS 5º E 12º NÚCLEOS REGIONAIS
RECEBEM DIPLOMA DA QUALIDADE**

A CGJ e a DGDIN iniciam o 2º semestre em festa, comemorando o sucesso da implementação gradual do SIGA nas Varas Cíveis dos 5º e 12º Núcleos Regionais.

Nos dias 5 e 6 de agosto, as Varas Cíveis dos 5º e 12º Núcleos Regionais receberam do Corregedor-Geral da Justiça o Diploma da Qualidade por terem sido consideradas aptas na implementação do Nível Básico do Modelo Simplificado de Gestão.



Diplomas recebidos pelas Varas Cíveis

O projeto, desenvolvido pela Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional - DGDIN, objetiva implementar o Sistema Integrado de Gestão - SIGA nas Varas Cíveis, com a finalidade de promover melhorias contínuas nos processos de gestão, e é composto por três Níveis denominados: Básico, Planejado e Gerenciado. O Nível Básico implementa os elementos primários de gestão e capacita servidores a atuarem por processos de trabalho, de forma unificada e integrada.

O trabalho, que foi desenvolvido em 34 Varas Cíveis, contou com o apoio dos Juízes Dirigentes dos Núcleos Regionais, Dr. José Roberto Portugal Compasso e Dra. Cristiane Cantisano Martins, envolvendo 34 Juízes de Direito e cerca de 350 servidores.

Segundo a DGDIN, além do engajamento de Juízes e Gestores, foi fundamental, para o sucesso do projeto, contar com a atuação dos Facilitadores do SIGA - servidores dos NUR responsáveis pela multiplicação dos conhecimentos dos elementos do SIGA e pela interação com as Varas Cíveis.

Durante a cerimônia de diplomação o Desembargador Corregedor parabenizou as unidades pelos resultados alcançados, reconheceu o empenho dos envolvidos e referiu-se aos servidores como "Responsáveis pela promoção da Justiça", conclamando-os a emprestarem a mesma dedicação ao desenvolvimento do Nível Planejado, previsto para o período de agosto a dezembro de 2008.

O diploma recebido pelas Varas Cíveis coroa o êxito do trabalho, incentiva a continuidade do projeto e simboliza a razão de existir do PJERJ Bem servir à causa pública.

SEMINÁRIO DE INOVAÇÃO



Abertura do evento com o Presidente Murta Ribeiro

No dia 3/10/2008, foi realizado, no Hotel Guanabara Palace, no Centro do Rio de Janeiro, Seminário de Inovação para o PJERJ, promovido pela Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional.

O seminário contou com a participação dos Representantes da Administração Superior (RD ou RAS), dos Representantes Setoriais (RDS), dos Diretores Gerais do PJERJ e com a presença do Presidente, Des. José Carlos S. Murta Ribeiro, que abriu o evento.

Após a abertura do seminário, foi ministrada palestra pela professora **Ingrid Paola Stoekicht** que, entre outros temas ligados à inovação, explicou as diferenças entre “empreendedorismo” e “inovação” e

informou que, em pesquisa realizada no ano de 2006, apenas 1,7% das indústrias brasileiras foram consideradas inovadoras.

A professora também informou que o grau de inovação observado no PJERJ era de 61%. Tal resultado foi obtido após o preenchimento de Questionário Diagnóstico de Inovação (QDI), pelas Unidades Executoras do PJERJ. O questionário correlacionava 45 perguntas com 17 indicadores de inovação, considerando, ainda, o grau de relevância para cada ponto questionado.

Entre os pontos a que o PJERJ deve dar atenção, foi considerado o mais relevante a utilização de “Modelos de Trabalho Colaborativos”, o que demonstra que as Unidades Executoras do PJERJ devem desenvolver meios de colaborar institucionalmente.

Em contrapartida, as “Estratégias Organizacionais”, impulsionadas pela DGDIN, foram consideradas como o ponto mais forte de contribuição à inovação no PJERJ.

Em um segundo momento do encontro, a Diretora-Geral da DGDIN, Claudia Loretta, apresentou a metodologia de trabalho a ser utilizada para a definição dos objetivos estratégicos do biênio 2009/2010.

Já alinhados com os resultados do QDI, os objetivos preliminarmente propostos pelas Unidades Executoras foram correlacionados com as unidades citadas como apoio e entregues aos representantes presentes de cada unidade, juntamente com a relação de seus próprios objetivos propostos, após consolidação pela DGDIN.

Por fim, as Unidades Executoras foram orientadas a agendarem encontros entre si, a fim de esclarecer o escopo do apoio a ser prestado, bem como qual unidade seria, efetivamente, a coordenadora do objetivo, ou seja, a que unidade cabe elaborar o projeto, com a colaboração, já acordada com as outras, que contribuirão para o sucesso do objetivo e o alcance das metas pretendidas.

Também foi apresentado cronograma das ações a serem realizadas, pela DGDIN e pelas Unidades Executoras, a fim de que, olhando o passado, pensem o futuro, para submeterem suas propostas à Administração Superior.



DIRETORIA GERAL DE LOGÍSTICA

AQUECIMENTO GLOBAL - FAZENDO O DEVER DE CASA

Muito se escuta falar de efeito estufa, aquecimento global, mas como isso se processa? Por que o Planeta Terra está ficando cada vez mais quente? Quais as conseqüências desse superaquecimento?

Antes de mais nada, é preciso dizer que o efeito estufa é crucial para que haja vida na Terra. Um fenômeno natural que mantém a atmosfera do planeta aquecida próximo à superfície, em torno de 15° C em média, garantindo, com isso, a sobrevivência das espécies. Calcula-se que a temperatura seria de -18° C sem a camada protetora de gases-estufa.

O EFEITO ESTUFA

O efeito estufa ocorre devido a uma concentração de gases na atmosfera, denominados de gases-estufa - dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), Óxido nitroso (N₂O), dentre outros -, que formam uma camada a qual permite a passagem dos raios solares e retém grande parte do calor emitido pela superfície da Terra. É como um automóvel parado debaixo de sol e fechado. A luz do sol passa, aquece-o por dentro, mas o calor fica retido, sem poder se dissipar.

Como se sabe, o carbono faz parte da composição de todos os seres vivos. As árvores, em fase de crescimento, "seqüestram" o carbono da atmosfera, ou seja, utilizam o carbono para compor a sua estrutura, retirando este, que é um dos componentes do CO₂, maior responsável pelo efeito estufa. As algas marinhas, de forma mais eficiente, removem o CO₂ do ar através da fotossíntese e produzem mais oxigênio do que precisam na respiração, liberando o excesso para o ambiente, reduzindo o efeito estufa.



DESEQUILÍBRIO AMBIENTAL E AQUECIMENTO GLOBAL

Havia um equilíbrio em todo esse processo. A liberação de gás carbônico na atmosfera era compensada por sua absorção pelas plantas e vice-versa. No entanto, com o advento da Revolução Industrial, com a descoberta do petróleo, que é um recurso não-renovável, e com o desenvolvimento da indústria no pós-guerra mundial, houve um crescimento substancial da produção e do consumo, ocasionando uma alta concentração de gases-estufa na atmosfera, sobretudo o dióxido de carbono (CO₂), potencializando o efeito estufa e o tornando deletério.

A queima de combustíveis fósseis, os desmatamentos para fins comerciais de madeira, pastagens e agricultura e as queimadas são os grandes vilões do aquecimento global. O homem, ao retirar o petróleo dos bolsões subterrâneos, trouxe um carbono que estava contido nesse petróleo e o lançou na atmosfera, deixando o ônus de seu resgate para a natureza, que não suporta mais essa carga.

Estima-se que são lançados, anualmente, na atmosfera 7,7 gigatoneladas de carbono antropogênico, sendo 5,7 Gt por queima de combustíveis fósseis e outros 2 Gt por motivos de queimadas e desmatamentos. Esta conta já está tão desfavorável ao meio ambiente, que em torno de 3 Gt/ano de CO₂ acumulam-se na atmosfera, onde o dióxido de carbono pode permanecer por um período de mais de 100 anos.

Aproximadamente 71% das emissões globais de CO₂ são provocadas pelos países industrializados e 18% pelos países em desenvolvimento.



A CONTRIBUIÇÃO DE CADA GÁS-ESTUFA PARA O AQUECIMENTO GLOBAL

GÁS-ESTUFA	PROCEDÊNCIA	PARTICIPAÇÃO %
Dióxido de carbono - CO ₂	<ul style="list-style-type: none"> • Queima de combustíveis fósseis; • Desmatamentos; • Queimadas. 	49
Metano - CH ₄ *	<ul style="list-style-type: none"> • Plantações de arroz; • Gado bovino; *** • Vazamentos na indústria petrolífera e aterros sanitários; • Decomposição lenta; de vegetação; inundada por ocasião de construção de hidrelétricas; 	18
Óxido Nitroso - N ₂ O**	<ul style="list-style-type: none"> • Uso demasiado de fertilizantes nitrogenados; • Queima de biomassa 	6
Clorofluorcarbono - CFC-11 e CFC - 12	<ul style="list-style-type: none"> • Vazamentos durante uso de aparelhos de refrigeração; • Produção de espumas e aerossóis 	14
Outros		13

* O metano - CH₄ - possui um poder de aquecimento vinte vezes maior que o CO₂ (dióxido de carbono).

** O óxido nitroso - N₂O - apresenta poder aquecedor 296 vezes maior que o CO₂ (dióxido de carbono).

*** O ato de ruminar torna os ruminantes responsáveis por aproximadamente 4% das emissões de metano.

O ÁLCOOL COMBUSTÍVEL É MENOS POLUENTE QUE A GASOLINA

A gasolina não é um recurso renovável porque é um derivado do petróleo e não se produz petróleo. O que se verifica são apenas a retirada e o consumo desse petróleo contido há milhões de anos no planeta, e sua transformação em gás carbônico durante a queima, com este não podendo ser utilizado para produzir mais petróleo.

O álcool é considerado renovável e limpo, já que não possui certos poluentes como o benzeno,

e sua queima é mais completa. Além do que, podemos produzi-lo a partir dos vegetais, e os vegetais consomem carbono para se desenvolverem, formando um ciclo renovável. O Álcool se transforma em gás carbônico na queima, que é consumido pelas plantas enquanto crescem, que são transformadas em álcool.

A cana funciona como uma "esponja" natural, que absorve grandes quantidades de CO₂ enquanto cresce. O álcool reduz em cerca de 90% a emissão de gases do efeito estufa e, além disso, a plantação de cana utiliza uma quantidade pequena de agrotóxicos, fazendo o combate da maioria das pragas através de controle biológico. A erosão também é pequena, uma vez que o solo fica coberto a maior parte do tempo.

CONSEQÜÊNCIAS DO AQUECIMENTO

Os impactos causados pelo aquecimento global são ainda incertos. Sabe-se que haverá mudança no regime de chuvas. As áreas úmidas poderão se tornar mais úmidas e as áreas áridas, mais áridas, alterando a biota do planeta. Haverá mudanças na produção mundial de alimentos, que aumentará em determinadas regiões, devido ao incremento das chuvas, e será reduzida em outras, por causa do baixo índice pluviométrico que se instalará.

Prevê-se que, com um aumento de 2°C na temperatura média mundial, poderiam ser extintas até 52% das espécies, devido ao desaparecimento de seus habitats naturais.

O aquecimento generalizado do planeta provocaria, também, um aumento de pragas e insetos que vivem em áreas mais quentes, trazendo com isso prejuízos à lavoura e à saúde humana. Outro impacto muito grave seria o degelo das calotas polares, que, associado à expansão térmica da água do mar, afetaria nações inteiras, principalmente as de baixas altitudes. Ilhas do Caribe, Polinésia e outras ilhotas tenderiam a desaparecer. Países deixariam de existir. Cidades litorâneas seriam inundadas e lençóis subterrâneos se tornariam impróprios, devido à contaminação.

MEDIDAS A SEREM TOMADAS

Entre as alternativas para atenuar o efeito estufa, observadas na Convenção de Kyoto, estão:

1. Redução gradativa, na forma percentual e ao longo de determinado tempo, das emissões de gases-estufa pelos países desenvolvidos;
2. Redução dos desmatamentos;
3. Reflorestamento como forma de "seqüestrar" carbono, fenômeno que se dá com o crescimento da árvore.

AÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ATENUAM O EFEITO ESTUFA

Se considerarmos o item 1, vemos que o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro está inserido nas cláusulas do Protocolo de Kyoto, fazendo a sua parte. Além da inclusão social, com o convênio "Pais Trabalhando", o correto tratamento dos resíduos sólidos efetuado por esta Corte evita o aquecimento global. E como isso se dá? A maioria dos processos produtivos emite partículas de gás carbônico e toda vez que um material é reciclado, elimina-se este da cadeia produtiva, ou seja, do quantitativo total a ser produzido, pois parte vem da reciclagem. Além disso, o PJERJ está implantando a compostagem de forma aeróbica, que é a transformação de matéria orgânica em adubo para ser utilizado em suas plantas de ornamentação. Esse lixo orgânico, ao deixar de ser enviado ao aterro sanitário, evita a produção de gás metano (CH₄), resultante da decomposição anaeróbia que ocorre nos locais de armazenamento de lixo e um dos principais gases-estufa.

EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Trabalhar por um meio ambiente saudável é tarefa de toda a sociedade. A busca por melhores condições de vida na Terra deve ser constante, vital como comer, beber e dormir. É nesse sentido que entra a educação ambiental, ferramenta imprescindível, incluída na Constituição de 1988, que tem por objetivo principal formar verdadeiros cidadãos, integrados com a natureza que os cerca, o que permitirá que as gerações futuras possam usufruir de um planeta saudável, com seus recursos naturais e espécies preservados.

Fontes:

1. Araújo, Marcos Antônio Reis. *O Efeito Estufa: o futuro do planeta em nossas mãos*. Coleção Cara Pintada de Educação Ambiental. Belo Horizonte, 1999.
2. Rezende, Divaldo. *Seqüestro de Carbono: História e Contexto*. Meio Ambiente Industrial, 2000.
3. ÚNICA. Cartilha: *Como e por que o álcool combustível melhora a sua vida e a do planeta*. Disponível: www.unica.com.br
4. www1.folha.uol.com.br
5. www.ambientebrasil.com.br
6. www.tvebrasil.com.br
7. <http://www.anossaescola.com/blog/bioscience.php?blogid=48&archive=2007-11>
8. www.marcobueno.net
9. www.naturlink.pt
10. www2.camara.gov.br
11. <http://unicomjf.com/aquecimento/?cat=17>
12. http://revistaescola.abril.com.br/online/sequenciadidatica/PlanoAula_253809.shtml

VIVA SERVIDOR DA JUSTIÇA

O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, em comemoração ao Dia do Servidor Público, promoveu, durante o mês de outubro, o "Viva Servidor da Justiça", programação cultural organizada e desenvolvida pela **Diretoria Geral de Gestão de Pessoas - DGPES**.

Entre os eventos realizados, os servidores desfrutaram da exibição de filmes, apresentações de teatro e de música, como a de "**Os Cariocas**", primeiro grupo vocal de bossa nova a cantar a música brasileira mais conhecida no exterior, "Garota de Ipanema", e que em sua atual formação conta com o músico Eloi Vicente, que também é serventuário.



O encerramento das festividades do Dia do Servidor Público se deu em grande estilo, com show do sambista **Jorge Aragão**, na casa de espetáculos Vivo Rio lotada.

Os presentes se divertiram a valer dançando e fazendo coro ao sambista.

Na ocasião, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, **José Carlos Schmidt Murta Ribeiro**, esclareceu que, além do trabalho, a diversão também é importante.

O Corregedor-Geral da Justiça, **Luiz Zveiter**, foi aplaudido ao dizer que os servidores da Justiça são os melhores funcionários com que um gestor pode contar.

Os eventos comemorativos foram elogiadíssimos. Pena que todos terão que aguardar mais um ano para curtir outro "Viva Servidor da Justiça".



[Retorna à página inicial](#)

DIRETORIA GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

ARTE E EDUCAÇÃO E TARDES CULTURAIS NA ESAJ

Com a finalidade de comemorar o Dia do Mestre, a Escola de Administração Judiciária (ESAJ) promoveu, no dia 15 de outubro, a palestra inaugural do programa Arte e Educação, "Aprendendo a ouvir música clássica", proferida pela pianista e mestra em música, **Carol Murta Ribeiro**.



A professora Carol tem o hábito de satisfazer a curiosidade dos ouvintes de seus concertos e recitais apresentando informações sobre formas de apreciação da música erudita, aliadas a dados sobre a história, características e alguns conhecimentos interessantes sobre obras e compositores desse gênero musical, e, além disso, há 11 anos, é responsável pelo programa Encontro com os Clássicos, da Rádio Catedral FM 106.7, apresentado aos domingos, das 21 às 22h.



Servidores em palestra inaugural do programa Arte e Educação

A palestra reuniu servidores e instrutores e, após, foi realizada uma agradável confraternização entre os participantes.

Os eventos acontecem na ESAJ, no horário de 17h às 19h, contando 4 (quatro) pontos como atividades de capacitação para os servidores. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone 3133-2103.

JUSTIÇA SOLIDÁRIA CAMPANHA DE DOAÇÃO DE MEDULA ÓSSEA

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a Mútua dos Magistrados, a AMAERJ e o HEMORIO iniciam, em novembro, campanha para doação de medula óssea. Qualquer pessoa entre 18 e 55 anos, que esteja no gozo de boa saúde, poderá participar. Palestras, folders, cartazes e notícias na intranet e pelo correio eletrônico institucional fornecerão maiores informações sobre a campanha. O ato de doar é seguro e salva vidas.